



AZ@BXL

Número: 253 Data: 2022.12.16



**No título: Volta à Caldeira - Furna do Enxofre PRC2GRA, ilha Graciosa**

**Nota:** O trilho começa e termina junto ao Caminho das Furnas, circundando o Monumento Natural da Caldeira da Graciosa. Durante o percurso pode visitar o Centro de Visitantes da Furna do Enxofre, a Furna e três túneis lávicos, nomeadamente as furnas do Abel, d'Água e Maria Encantada, enquanto disfruta de uma vista panorâmica sobre quase toda a costa sul da Graciosa e restantes ilhas do Grupo Central. Este trilho está parcialmente inserido no Monumento Natural da Caldeira da Graciosa.

Inicie o percurso na localidade da Canada Longa e siga pela estrada em direção à Caldeira. Na primeira bifurcação opte pela direita passando pela Furna do Abel, um túnel lávico. Continuando, passe pela Furna d'Água de menores dimensões e com um reservatório de água subterrâneo. Ao chegar ao topo da Caldeira siga pela esquerda, passando pela Furna da Maria Encantada, característica pelo abatimento das suas paredes laterais. Continue o percurso à volta da Caldeira e, aproveitando a altitude elevada, desfrute da vista quer para o seu interior, quer para o resto da ilha. No trajeto à volta da Caldeira, prevalece a sinalética de orientação usada nas Grandes Rotas.

*Chegando novamente à bifurcação, opte pela esquerda, passando novamente pelas Furnas d'Água e Abel e na estrada siga à direita, passando pelo túnel de acesso ao interior da Caldeira. Continue ao longo da estrada até chegar à escadaria de acesso à Furna do Enxofre, geossítio onde existe um Centro de Interpretação que é também o local de entrada para a furna. No período compreendido entre as 11 e as 14 horas é possível observar a furna do exterior, devido aos raios de sol que penetram no seu interior.*

*Após a visita a este magnífico local faça o caminho inverso, passando pelo túnel e terminando o percurso no local inicial, na localidade da Canada Longa.*

Créditos: [Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas](#)

## Destaques



[Manuel São João congratula-se com manutenção da quota do goraz em 2023](#)

[Conclusões do Conselho Europeu de 15 de dezembro de 2022](#)

[UE adota o 9º pacote de sanções económicas contra a Rússia](#)

[NextGenerationEU: aprovada avaliação preliminar portuguesa do segundo pedido de pagamento de 1,8 mil milhões de euros](#)

[Instituições da UE apresentam prioridades conjuntas para 2023 e 2024](#)

[Plano de Recuperação da UE: acordo provisório alcançado respeitante ao REPowerEU](#)

[Ação climática da UE: acordo provisório alcançado em relação ao Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço](#)

[Auxílios estatais: Comissão adota novas regras para os setores da agricultura, silvicultura, pescas e aquicultura](#)

[Adoção do Programa de trabalho relativo às políticas de promoção de produtos agroalimentares para 2023](#)

[Comissão Europeia propõe Plano de Ação Contra o Tráfico de Bens Culturais](#)

[Fundo de Inovação: UE investe 62 milhões de euros em projetos de tecnologia limpa em pequena escala](#)



19 de dezembro



### Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia) sobre Energia

Os ministros da Energia da UE [procurarão](#) chegar a uma orientação geral sobre a [proposta](#) relativa à redução das emissões de metano no setor da energia. A proposta de regulamento exige que os setores do petróleo, do gás e do carvão meçam, comuniquem e façam verificar as emissões de metano. Propõe regras rigorosas para detetar e reparar fugas de metano e limitar a ventilação e a queima em tocha. Abrange as emissões diretas de metano dos setores do petróleo, do gás fóssil e do carvão,

bem como de biometano, uma vez injetado na rede de gás. A proposta faz parte do segundo lote de propostas no âmbito do pacote Objetivo 55, que visa alinhar a legislação da UE em matéria de clima e energia com as metas de redução das emissões da Lei Europeia em matéria de Clima para 2030.

O Conselho procurará chegar a uma orientação geral sobre a [proposta de diretiva REPowerEU](#), que virá alterar a legislação da UE em matéria de energias renováveis, eficiência energética e desempenho energético dos edifícios. A proposta visa acelerar a implantação das energias renováveis. As energias renováveis serão reconhecidas como interesse público superior. Os Estados-Membros criarão zonas propícias específicas para as energias renováveis com processos de licenciamento simplificados e encurtados em zonas com menores riscos ambientais. A proposta visa aumentar, em especial, a utilização do equipamento de energia solar e das bombas de calor. A proposta aumentará igualmente a grande meta para 2030 em matéria de energias renováveis.

A Presidência apresentará um relatório intercalar sobre o pacote do gás, que inclui uma [proposta de diretiva](#) e [uma proposta de regulamento](#) relativos a regras comuns para os mercados internos do gás natural e gases renováveis e do hidrogénio. Seguir-se-á uma troca de opiniões. As propostas visam facilitar a penetração dos gases renováveis e hipocarbónicos no sistema energético, possibilitando uma transição do gás natural para estes novos gases e que estes contribuam para a consecução do objetivo de neutralidade climática da UE em 2050. As propostas fazem também parte do segundo lote de propostas no âmbito do pacote Objetivo 55, que visa alinhar a legislação da UE em matéria de clima e energia com as metas da Lei Europeia em matéria de Clima para 2030.

20 de dezembro



### Conselho (Ambiente)

Os ministros do Ambiente da UE [procederão](#) a uma troca de pontos de vista sobre uma [proposta de regulamento relativo à restauração da natureza](#). A proposta visa ajudar a recuperar os *habitats* europeus, 80 % dos quais estão em mau estado. Estabeleceria metas e obrigações específicas juridicamente vinculativas para a restauração da natureza em cada um dos ecossistemas enumerados – desde as florestas e as terras agrícolas até aos ecossistemas marinhos, de água doce e urbanos. As medidas propostas cobririam, pelo menos, 20 % das zonas terrestres e marítimas da UE até 2030 e todos os ecossistemas que necessitam de restauração até 2050.

Os Estados-Membros teriam de aplicar medidas de restauração eficazes e por zona, a fim de alcançar as metas específicas dos ecossistemas e possibilitar o planeamento, desenvolvendo planos nacionais de restauração, em estreita cooperação com os cientistas, as partes interessadas e o público. A proposta definiria também indicadores de biodiversidade para medir os progressos realizados.

No âmbito da rubrica "Diversos", a Presidência informará os ministros sobre o ponto da situação das propostas relativas aos gases fluorados, às substâncias que empobrecem a camada de ozono, às emissões industriais e às transferências de resíduos. A Comissão apresentará as suas recentes propostas no âmbito do pacote "poluição zero", nomeadamente sobre a qualidade do ar, as substâncias prioritárias nas águas de superfície e subterrâneas, e o tratamento de águas residuais urbanas.

A Comissão apresentará igualmente o pacote da economia circular, que inclui propostas sobre a revisão da legislação em matéria de embalagens e embalagens de resíduos, e sobre a certificação das remoções de carbono. Além disso, apresentará o quadro político para os plásticos de base biológica, biodegradáveis e compostáveis. A Comissão informará os ministros sobre a execução da estratégia para a biodiversidade, e sobre um seminário dedicado à poluição luminosa. A Suécia apresentará o programa de trabalho da sua próxima Presidência.

Até 21 de dezembro



### Defesa do consumidor — reforço da cooperação em matéria de aplicação da legislação

A digitalização dos mercados de consumo e os novos modelos empresariais colocam novos desafios à aplicação da legislação da UE em matéria de defesa do consumidor. As autoridades de defesa do consumidor e a Comissão devem cooperar estreitamente para combater de forma eficaz as práticas comerciais além-fronteiras não conformes. É fundamental dar uma resposta flexível, desencorajante, eficaz em termos de custos e rápida, em especial se as infrações forem generalizadas ou afetarem setores inteiros.

A presente iniciativa introduz alterações específicas ao Regulamento relativo à cooperação no domínio da defesa do consumidor com vista a responder a estas questões. Todas as partes interessadas [podem](#) contribuir para esta consulta pública ao carregarem os seus contributos até ao dia 21 de dezembro. A proposta de regulamento deverá ser adotada pela Comissão Europeia no primeiro semestre de 2023.



### Jornalismo: candidaturas ao programa #EUinMyRegion Media Trips

É jornalista e trabalha numa região da UE? Gostaria de saber mais sobre a política de coesão, os fundos e as políticas da UE? Se assim for, está convidado a [candidatar-se](#) ao programa de estudo [#EUinMyRegion Media Trips](#). O convite está aberto a todos os jornalistas de âmbito local e regional até às 15h00 (hora dos Açores) de 21 de dezembro de 2022. O programa inclui sessões de formação à distância e uma visita de estudo a Bruxelas. Dará informações sobre as instituições da UE e respetivas estruturas e procedimentos, a política de coesão e a forma como a UE trata a fraude e a má gestão dos fundos.

A primeira visita de estudo a Bruxelas terá lugar em 2 e 3 de fevereiro de 2023. Serão organizadas duas outras visitas em março e abril. Prevê-se que cerca de 40 jornalistas participem em cada visita de estudo. A Comissão cobrirá as despesas de deslocação e alojamento decorrentes da participação no programa.



### Cartão Europeu de Deficiência – Convite à apresentação de comentários

O cartão europeu de deficiência facilitará a livre circulação das pessoas com deficiência na UE. Com este cartão, a condição de deficiência reconhecida num país da UE também deverá ser reconhecida noutros países, dando ao titular acesso em condições preferenciais a certos serviços em toda a UE. Deverá basear-se no projeto-piloto do cartão europeu de deficiência (que abrange a cultura, o lazer, o desporto e os transportes) e aplicar-se a uma gama mais vasta de serviços. Poderá também incorporar o cartão de estacionamento da UE para pessoas com deficiência. Mais informações [aqui](#).

Até 6 de janeiro



### Alteração do Regulamento QFP 2021-2027 para apoio à Ucrânia

Está aberto um [período de carregamento de comentários](#) em relação à proposta de alteração do Regulamento referente ao Quadro Financeiro Plurianual 2021/2027. Todos os comentários recebidos serão resumidos pela Comissão Europeia e apresentados ao Parlamento Europeu e ao Conselho a fim de contribuir para o debate legislativo. Os comentários recebidos serão publicados, pelo que devem respeitar as [regras aplicáveis a comentários e sugestões](#).

Até 9 de janeiro



### Serviços turísticos — iniciativa de arrendamento de curta duração

Esta [iniciativa](#) tem por objetivo fomentar um crescimento responsável, justo e fiável dos arrendamentos a curto prazo como parte de um ecossistema turístico equilibrado. Visa igualmente assegurar condições de concorrência equitativas para todos os prestadores de serviços de alojamento e responder às muitas partes interessadas que pediram uma ação a nível da UE neste domínio. A iniciativa implicará a oferta de soluções equilibradas para as cidades, os fornecedores e as plataformas de arrendamento de curta duração entre pares e profissionais, beneficiando, em particular, as pequenas e médias empresas. A proposta de regulamento será adotada em 2023.



### Poluição da água – Regras da UE em matéria de tratamento de águas residuais urbanas (atualização)

Garantir que as águas residuais urbanas são limpas e seguras é fundamental para proteger a saúde pública e o ambiente. Esta componente essencial da política da UE no domínio da água é abrangida pela Diretiva Tratamento de Águas Residuais Urbanas.

Esta [iniciativa](#) procederá à revisão da diretiva após uma avaliação recente da mesma ter identificado algumas insuficiências e novas necessidades da sociedade, às quais deve ser dada resposta.



### Qualidade do ar — revisão das regras da UE

O ar limpo é essencial para a saúde humana e ambiental. Para o efeito, a UE estabelece normas para evitar a acumulação de concentrações excessivas de poluição. No âmbito do Pacto Ecológico Europeu, a UE está a rever estas normas, a fim de as aproximar das recomendações da Organização Mundial da Saúde. Visa igualmente melhorar o conjunto de legislação da UE em matéria de ar limpo, com base nos ensinamentos retirados da avaliação («balanço da qualidade») das regras da UE neste domínio, realizada no ano passado. Os [contributos](#) relativos a esta proposta de Diretiva podem ser carregados até ao dia 9 de janeiro.

Até 10 de janeiro



### Convite à apresentação de propostas de apoio às atividades dos meios de comunicação sobre a política de coesão

A Comissão Europeia lançou o [6º convite à apresentação de propostas](#) de apoio às atividades dos meios de comunicação sobre a política de coesão, com um orçamento global de 7 milhões de euros. Os meios de comunicação social, bem como as universidades, agências de comunicação e outras entidades privadas e organismos públicos são convidados a apresentar as suas propostas para reportagens editorialmente independentes sobre a Política de Coesão. A Comissão cobrirá 80% do custo dos projetos, com subvenções até 300 mil euros para os beneficiários selecionados. O prazo de candidatura termina às 17:00 CET, 10 de janeiro de 2023.



### Consulta pública sobre a revisão do Regulamento de minimis

A Comissão Europeia [lançou](#) uma consulta pública sobre a revisão do Regulamento de minimis, que decorrerá até ao próximo dia 10 de Janeiro de 2023. A Comissão propõe-se rever o limiar de *minimis* para o adaptar ao contexto económico atual e a melhorar os requisitos de transparência. Estas alterações traduzem-se no texto do regulamento [proposto](#), que está sujeito à presente consulta pública, podendo consultar [aqui](#) a nota explicativa que acompanha a proposta de revisão do Regulamento.

Até 11 de janeiro



### Revisão das regras da UE em matéria de materiais destinados a entrar em contacto com os alimentos

A política da UE em matéria de segurança dos alimentos inclui regras relativas aos materiais destinados a entrar em contacto com os alimentos (p. ex., embalagens de alimentos, artigos de cozinha e de mesa e equipamentos para transformação de alimentos). Esta iniciativa visa modernizar as regras, a fim de: garantir a segurança dos alimentos e um elevado nível de proteção da saúde pública; reduzir a presença e a utilização de produtos químicos perigosos; ter em conta os conhecimentos científicos e tecnológicos mais recentes; apoiar a inovação e a sustentabilidade através da promoção de soluções reutilizáveis e recicláveis seguras, ajudando a reduzir o impacto ambiental do setor.

O [período de submissão de contributos](#) para esta consulta pública encerra a 11 de janeiro. A Comissão Europeia planeia publicar a proposta de regulamento no segundo trimestre de 2023.

Até 13 de janeiro



### Revisão da Comunicação da Comissão relativa à definição de mercado relevante para efeitos do direito comunitário da concorrência

A Comissão Europeia lançou, a 8 de novembro, uma consulta pública sobre o [projeto de revisão da Comunicação relativa à definição de mercado](#). A Comunicação relativa à definição de mercado está a ser revista pela primeira vez desde a sua adoção em 1997, para ter em conta a evolução significativa dos últimos anos, em especial a digitalização e as novas formas de oferta de bens e serviços, e a fim de refletir a natureza interligada e globalizada das trocas comerciais.

A Consulta decorrerá até ao próximo dia 13 de janeiro de 2023. Mais informações sobre a consulta poderão ser consultadas [aqui](#).

Até 15 de janeiro



### Prémio de Gestão de Solos e Terras

O [convite à apresentação de candidaturas](#) estará aberto até ao dia 15 de janeiro. O [prémio](#) é atribuído todos os anos ao vencedor durante o Fórum para o Futuro da Agricultura, que se realiza em Bruxelas. A iniciativa premeia as práticas de gestão do solo que atenuam as ameaças do solo, ou seja, degradação do solo, erosão, redução do teor de matéria orgânica, contaminação difusa e compactação, bem como a redução da biodiversidade do solo, salinização, impermeabilização, inundações e deslizamento de terras. Quem pode candidatar-se? Agricultores, proprietários de terras, gestores de terras, grupos de agricultores, por conta própria ou em colaboração com institutos de investigação, universidades e/ou empresas privadas.

Atenção: a candidatura deve ser preenchida preferencialmente em inglês. Se a candidatura for redigida noutra língua, deve ser anexado um resumo bem estruturado do projeto em inglês. O projeto terá de ser submetido via e-mail ao Coordenador do Prémio em [Emmanuelle.mikosz@elo.org](mailto:Emmanuelle.mikosz@elo.org).

Até 18 de janeiro



## Candidaturas ao Colégio da Europa

As candidaturas para a frequência de cursos de pós-graduação no Colégio da Europa no ano académico 2023/2024 [estão](#) abertas até 18 de janeiro de 2023. O Governo Regional dos Açores atribui anualmente uma Bolsa de Estudo – Bolsa “José Medeiros Ferreira” - para a frequência de um curso de pós-graduação no Colégio da Europa - no Campus de Bruges (Bélgica) ou no Campus de Natolin (Polónia) - que compreende uma comparticipação nos encargos com as propinas do curso, alojamento, alimentação e uma viagem de ida e volta entre o local de residência do aluno e o local do curso.

A atribuição desta bolsa, cujo período de candidaturas será oportunamente publicitado, é decidida após a admissão dos candidatos da Região Autónoma dos Açores ao Colégio da Europa, pelo que estes deverão ter concorrido e sido admitidos à frequência de um curso de pós-graduação nas áreas de Direito, Economia, Estudos Europeus Interdisciplinares, Política e Administração ou Relações Internacionais e Diplomáticas.

Para se poderem candidatar a esta bolsa, os indivíduos que, tendo sido admitidos à frequência de um curso de pós-graduação no Colégio da Europa, devem ter, cumulativamente, até 30 anos de idade (completados à data do início do curso), realizado e concluído o Ensino Secundário na região e ser residentes no arquipélago dos Açores há pelo menos três anos. Os candidatos devem possuir uma licenciatura e ter domínio, escrito e verbal, das línguas francesa e inglesa.

Até 20 de janeiro



## Relatório sobre Estado de Direito de 2023

A Comissão Europeia lançou uma [consulta específica](#) para recolher informações sobre o desenvolvimento do Estado de direito em todos os Estados-Membros, em preparação do Relatório sobre o Estado de direito de 2023. A consulta está aberta a associações judiciais, ONGs, organizações internacionais e agências da UE, entre outras. As informações recebidas ajudarão a Comissão a avaliar a situação do Estado de direito nos Estados-Membros. Como parte da consulta, a Comissão também recolherá informações sobre como, e em que medida, os Estados-Membros implementaram as recomendações feitas pela primeira vez no [Relatório 2022](#).

O Relatório sobre o Estado de Direito está no centro de um ciclo anual de monitorização, destinado a prevenir problemas antes que estes surjam ou se agravem, e a promover uma cultura de Estado de Direito. A consulta está [disponível](#) online até 20 de janeiro de 2023.

Até 31 de janeiro



## Convite à apresentação de propostas ao abrigo do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMP) - Vertente específica dedicada às Regiões Ultraperiféricas

O convite à apresentação de propostas no âmbito do FEAMP para apoio a "Projetos regionais emblemáticos que apoiam a economia azul sustentável nas bacias marítimas da UE" foi [publicado](#), sendo incluído nesta convocatória uma vertente específica dedicada às regiões ultraperiféricas sobre "[Promoção do turismo marítimo e costeiro sustentável nas regiões ultraperiféricas](#)" com um orçamento específico **de um milhão de euros**.

A vertente das regiões ultraperiféricas tem como principal objetivo apoiar a economia azul nas regiões ultraperiféricas através de projetos que promovam soluções inovadoras e sustentáveis no turismo costeiro e marítimo e contribuam para a proteção da biodiversidade marinha, em linha com a nova estratégia para as regiões ultraperiféricas, bem como com os objetivos da Comunicação sobre uma nova abordagem para uma economia azul sustentável na UE e da Trajetória de Transição para o Turismo.

As propostas ao abrigo da vertente regiões ultraperiféricas devem ser apresentadas por um consórcio de, pelo menos, 2 entidades independentes de 2 regiões ultraperiféricas diferentes. A data-limite para a apresentação das candidaturas é o dia 31 de janeiro de 2023 (17h00, hora de Bruxelas). Já se encontram [abertas](#) as inscrições para a participação na "**Jornada de Informação**" organizada pela Comissão Europeia **no dia 24 de novembro de 2022**. Os interessados deverão efetuar a sua inscrição até ao dia **16 de novembro**.



## Novo Bauhaus Europeu – candidaturas para 2023

Estão [abertas](#) as candidaturas aos prémios Novo Bauhaus Europeu de 2023. Tendo em conta o êxito das suas duas últimas edições, que receberam mais de 3 mil candidaturas de todos os Estados-Membros, os prémios de 2023 recompensarão 15 iniciativas exemplares que associem sustentabilidade, estética e inclusividade — os três valores fundamentais do Novo Bauhaus Europeu.

No contexto do Ano Europeu das Competências, esta edição dos prémios incluirá uma vertente temática adicional sobre educação e aprendizagem. Pela primeira vez, as candidaturas para projetos e conceitos podem igualmente provir dos Balcãs

Ocidentais. Tal como no ano passado, serão atribuídos prémios específicos aos jovens com menos de 31 anos. As candidaturas estão abertas até 31 de janeiro de 2023, às 17h00 (hora dos Açores). Os Prémios de 2023 recompensarão projetos existentes, bem como os conceitos desenvolvidos por jovens talentos em quatro categorias. Mais informações no [comunicado de imprensa](#) e no documento com [perguntas e respostas](#).

1 e 2 de fevereiro



### Jornadas informativas respeitantes à política de promoção de produtos agrícolas da União Europeia - 2023

Para esclarecimentos sobre o programa para 2023, haverá dois dias dedicados à prestação de esclarecimentos. Embora ainda aguardando a confirmação definitiva, prevê-se que as sessões de esclarecimento venham a ser agendadas para os dias 1 e 2 de fevereiro de 2023. Todas as informações, bem como inscrições [aqui](#).

Até 8 de fevereiro



### Rastreio, registo e controlo do amianto – Proposta de Diretiva

Esta iniciativa legislativa visa abordar ainda mais os riscos sanitários e ambientais relacionados com a exposição ao amianto, aumentando a transparência e a recuperação de informação adicional e assegurando a sua disponibilidade às autoridades públicas relevantes, aos trabalhadores da construção civil e aos ocupantes dos edifícios. As obrigações específicas serão moduladas com base numa abordagem transversal, tendo em conta o ciclo de vida de um edifício e os riscos relevantes para um determinado edifício. Os comentários no âmbito desta consulta pública poderão ser carregados [aqui](#).

Até 9 de fevereiro



### Ações Marie Skłodowska-Curie: 77,5 milhões de euros para apoiar o intercâmbio de pessoal de investigação e inovação

A Comissão Europeia lançou um convite à apresentação de propostas no âmbito do [programa Marie Skłodowska-Curie Actions'](#) (MSCA) [Staff Exchanges](#). O período de candidaturas encerra a 9 de fevereiro. Todas as informações poderão ser consultadas [aqui](#).

Até 15 de fevereiro



### Novos pedidos de financiamento ao abrigo do Programa Europa Digital para aumentar a ciberresiliência

A Comissão Europeia [lançou](#) um convite às empresas, administrações públicas e outras organizações para apresentarem propostas de soluções inovadoras de cibersegurança e para se candidatarem ao financiamento da UE ao abrigo do [Programa Europa Digital](#). Um investimento de 176,5 milhões de euros de subvenções irá no sentido de melhorar os instrumentos e infraestruturas para uma cooperação reforçada em matéria de cibersegurança entre os Estados-Membros e a Comissão.

Os convites visam reforçar a cibersegurança das infraestruturas de redes 5G, apoiando serviços seguros e melhorando as capacidades de teste e certificação de soluções e serviços tecnológicos. As respetivas subvenções apoiarão também a implementação das [novas regras sobre cibersegurança de redes e sistemas de informação \(Diretiva NIS2\)](#) na legislação nacional, bem como a capacidade dos Centros de Operações de Segurança em toda a UE para recolher e partilhar informações sobre incidentes cibernéticos. O objetivo é ajudar a aumentar a resiliência e a capacidade da UE em matéria de cibersegurança para proteger, detetar, defender e dissuadir os ciberataques. Os convites estão abertos até 15 de fevereiro de 2023.

Até 23 de fevereiro



### Lançamento de novos convites à apresentação de propostas, com um orçamento de 277 milhões de euros, para apoiar investimentos em infraestruturas de conectividade digital

A Comissão Europeia lançou o [segundo conjunto de convites à apresentação de propostas](#) ao abrigo do programa "[Connecting Europe Facility Digital](#)". Com um orçamento previsto de 277 milhões de euros, o objetivo é apoiar projetos de redes seguras, rápidas e de alta capacidade, incluindo comunicação quântica e cabos submarinos, reforçar as redes que ligam zonas rurais, remotas e ultramarinas, bem como digitalizar cada vez mais as redes de transporte e energia.

O prazo para a candidatura é 23 de fevereiro de 2023. Os candidatos interessados terão a oportunidade de saber mais sobre as chamadas durante a [jornada informativa virtual](#) de 25 de outubro.

Até 8 de março



### Ações Marie Skłodowska-Curie: 95 milhões de euros para cofinanciar programas de doutoramento e pós-doutoramento

A Comissão Europeia lançou um convite à apresentação de propostas no âmbito do [programa Marie Skłodowska-Curie Actions](#)<sup>1</sup> (MSCA) [cofinanciar programas regionais, nacionais e internacionais \(COFUND\)](#). O convite COFUND 2022, com um orçamento total de 95 milhões de euros, será encerrado a 9 de fevereiro de 2023. Todos os detalhes estão disponíveis nesta [ligação](#).

28 de março



### Fórum sobre o Futuro da Agricultura 2023

A [Conferência Anual do Fórum sobre o Futuro da Agricultura](#) terá lugar, em Bruxelas, a 28 de março de 2023 e consistirá em apresentações ao vivo, painéis de debate, intervenções interativas e oportunidades de trabalho em rede. Poderá também acompanhar os trabalhos por meios telemáticos. As [inscrições](#) já se encontram abertas.

Até 31 de maio



### Aberto convite para a mobilidade de artistas e profissionais culturais

O primeiro [convite](#) à mobilidade individual destina-se a artistas e profissionais da cultura que trabalham nos seguintes setores: arquitetura, património cultural, design, design de moda, tradução literária, música, artes visuais e artes do espetáculo dos países participantes no programa Europa Criativa e que viajem para outro país do programa Europa Criativa, por um período de sete a 60 dias, no caso de artistas individuais, e de sete a 21 dias em caso de grupos de pessoas (duas a cinco pessoas).

O presente convite está aberto de 10 de outubro de 2022 a 31 de maio de 2023. As ações de mobilidade individual funcionarão com base em convites contínuos abertos todos os anos, do outono à primavera, com avaliações mensais. O subsídio de mobilidade «[A Cultura Move a Europa](#)» inclui: despesas de viagem normais (350 EUR de viagem de ida e volta para distâncias até 5 mil km e 700 EUR de viagens de ida e volta para distâncias superiores a 5 001 km), além de 75 EUR por dia para contribuir para as despesas de estadia e alojamento. Além disso, em consonância com as prioridades horizontais do programa, como a inclusão e a sustentabilidade, estão previstas várias **dotações complementares**, tais como **o apoio aos requerentes provenientes de países e territórios ultramarinos e das Regiões Ultraperiféricas** ou que viajem para esses destinos. Todas as informações [aqui](#).

ACONTECEU



Agricultura e Alimentação

### Parlamento Europeu quer mais e melhor apoio para as zonas rurais da UE

O Parlamento Europeu [solicita](#) à Comissão que preste mais atenção às zonas rurais da União Europeia e que desenvolva um mecanismo de verificação rural. Argumentando que as zonas rurais representam mais de 80 % do território da UE e albergam 30 % da sua população, os eurodeputados defendem que as necessidades das comunidades rurais devem ser devidamente atendidas quando a Comissão prepara legislação e programas financeiros sobre agricultura ou políticas de coesão.



Numa reação à [Comunicação da Comissão](#) sobre as zonas rurais, os eurodeputados, liderados por [Isabel Carvalhais](#) (S&D, PT), lamentaram que o plano tenha sido apresentado tão tarde que não pode ser considerado no planeamento do atual conjunto de apoios financeiros.

No [relatório sobre uma visão a longo prazo para as zonas rurais da UE](#), aprovado por 465 votos a favor, 29 contra e 131 abstenções na terça-feira, os eurodeputados afirmam que é necessário tomar medidas imediatas com objetivos claros e exequíveis: salários mínimos mais elevados, boas condições de trabalho e integração social, equilíbrio de género nos órgãos de decisão agrícola e redução do desemprego das mulheres.

Salientando que o declínio demográfico e o envelhecimento implicarão desafios à segurança alimentar e que as comunidades rurais ainda enfrentam desafios relacionados com o acesso a serviços básicos e oportunidades económicas, os eurodeputados solicitam à Comissão que remova os obstáculos à abordagem multifundos e melhore a coordenação entre os instrumentos de financiamento da UE e nacionais. O Parlamento salienta igualmente a importância de implementar um mecanismo de verificação rural para as iniciativas da UE, que deverá ser obrigatório, e sublinha a importância de envolver as autoridades locais e regionais na definição e implementação destes mecanismos.

### **Política Agrícola Comum 2023-2027: aprovado Plano Estratégico dos Países Baixos no valor de 4 mil milhões de euros**

O Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) dos Países Baixos [representa](#) um orçamento total de mais de 4 mil milhões de euros, incluindo 1,4 mil milhões de euros dedicados a objetivos ambientais e climáticos e a regimes ecológicos, e 107 milhões de euros para jovens agricultores.

Uma distribuição justa do apoio financeiro é um dos objetivos económicos do Plano Estratégico da PAC dos Países Baixos. Os agricultores receberão um apoio ao rendimento mais elevado por hectare para os seus primeiros 40 hectares. 17,5 milhões de euros estarão disponíveis todos os anos para cobrir os custos de seguros climáticos para os agricultores, para que estes possam ser compensados se a sua colheita for perdida devido a seca ou inundações.

O plano neerlandês também inclui apoio a 3 mil jovens agricultores para iniciar uma exploração agrícola. Os Países Baixos aplicarão boas condições agrícolas e ambientais rigorosas em mais de 96% da sua área agrícola. Além disso, cerca de 760 milhões de euros serão utilizados em mais de 1,5 milhões de hectares para encorajar e apoiar os agricultores na plantação de culturas não produtivas, implementando práticas agrícolas que protejam o solo e reduzam a utilização de nutrientes e pesticidas.

Espera-se que o apoio a projetos e empresas de desenvolvimento rural crie cerca de 2.500 postos de trabalho. Graças ao apoio financeiro direto, cerca de 55 mil pessoas beneficiarão de aconselhamento, formação ou intercâmbio de conhecimentos relacionados com o desempenho ambiental ou climático.

Com a aprovação do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) dos Países Baixos, ficam concluídos a [aprovação de todos os 28 Planos Estratégicos](#) (um para cada país da UE e dois para a Bélgica) pela Comissão Europeia, marcando assim o início da nova Política Agrícola Comum, prevista para 1 de janeiro de 2023.

### **Auxílios estatais: Comissão adota novas regras para os setores da agricultura, silvicultura, pescas e aquicultura**

A Comissão Europeia [adotou](#) as regras revistas em matéria de auxílios estatais para os setores da agricultura, silvicultura, pescas e da aquicultura. As regras revistas alinham os auxílios estatais com as prioridades estratégicas da UE, em particular a Política Agrícola Comum (PAC), a Política Comum das Pescas (PCP), bem como com o Pacto Ecológico Europeu. A Comissão decidiu igualmente prolongar por um ano a validade o chamado Regulamento "de minimis" da Pesca.

As novas regras em matéria de auxílios estatais fazem parte do pacote adotado: (i) [o Regulamento revisto de isenção por categoria para a agricultura](#) ("ABER") e o Regulamento de isenção por categoria para a pesca ("FIBER"); e (ii) [as novas orientações para os auxílios estatais aos setores agrícola e florestal e nas zonas rurais](#) ("Orientações para a agricultura"), e as novas orientações para os auxílios estatais no setor das pescas e da aquicultura ("Orientações para a pesca"), que refletem a experiência recente da Comissão, bem como as atuais prioridades estratégicas da UE. Os regulamentos ABER e FIBER revistos, bem como as Orientações para a Agricultura, serão aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2023. As Orientações para as Pescas serão aplicáveis assim que todas as versões linguísticas estiverem disponíveis.

### **Política Agrícola da UE: 186 milhões de euros para promover produtos agroalimentares da UE sustentáveis e de alta qualidade**

A Comissão Europeia atribuirá 185,9 milhões de euros em 2023 para financiar atividades de promoção de produtos agroalimentares sustentáveis e de alta qualidade da UE na UE e em todo o mundo. O [programa de trabalho da política de promoção de 2023](#) adotado pela Comissão Europeia a 16 de dezembro [contribui](#) para a realização das prioridades políticas da Comissão Europeia para 2019-2024, em particular a Estratégia Do Prado ao Prato.

Espera-se que os projetos de promoção selecionados em 2023 destaquem e favoreçam produtos que cumpram objetivos tais como a sustentabilidade da agricultura da UE, o avanço do bem-estar animal e a promoção do consumo de fruta e vegetais frescos, e de dietas saudáveis e sustentáveis.

Os montantes disponíveis para as campanhas selecionadas em 2023 estão quase equitativamente divididos entre a promoção no mercado interno da UE e em países terceiros, com 83,3 milhões e 83,1 milhões de euros, respetivamente.

Fora da UE, os países e regiões com elevado potencial de crescimento são identificados como principais alvos de promoção. Isto inclui a China, Japão, Coreia do Sul, Singapura, América do Norte. A Nova Zelândia e a Austrália podem também representar novas oportunidades de mercado para os exportadores europeus. Por último, mas não menos importante, o Reino Unido continua a ser um dos principais mercados de exportação de produtos agroalimentares da UE, absorvendo 25% das exportações da UE27.

Embora ainda necessitando de confirmação definitiva, prevê-se que **venham a ser agendadas sessões de esclarecimento sobre o programa de trabalho da política de promoção de 2023 nos dias 1 e 2 de fevereiro**, podendo consultar mais informação [aqui](#).



## Alargamento

### Conclusões do Conselho sobre o Alargamento e o Processo de Estabilização e de Associação

As conclusões avaliam a situação em cada um dos países candidatos e parceiros da UE, definem orientações sobre as prioridades de reforma e reafirmam o empenho do Conselho na política de alargamento da UE. Em conformidade com a metodologia de alargamento revista aprovada pelo Conselho em 2020, é atribuída especial importância às reformas fundamentais nos domínios do Estado de direito, dos direitos fundamentais, do desenvolvimento económico e da competitividade, do reforço das instituições democráticas e da reforma da administração pública.

Na sequência das conclusões do Conselho Europeu de junho de 2022, e à luz da subsequente recomendação da Comissão de 12 de outubro de 2022, o Conselho [recomenda](#) que se conceda o estatuto de país candidato à Bósnia-Herzegovina, sob reserva de confirmação pelo Conselho Europeu, no pressuposto de serem tomadas as medidas especificadas no parecer da Comissão destinadas a reforçar o Estado de direito, a luta contra a corrupção e a criminalidade organizada, a gestão da migração e os direitos fundamentais.



## Ambiente

### Conselho e Parlamento chegam a acordo provisório para criar um ciclo de vida sustentável para as baterias

O Conselho e o Parlamento Europeu [chegaram](#) a um acordo político provisório sobre uma proposta de reforço das regras de sustentabilidade aplicáveis às baterias e respetivos resíduos. Pela primeira vez, a legislação regulamentará todo o ciclo de vida das baterias – desde a produção até à reutilização e reciclagem – e garantirá que são seguras, sustentáveis e competitivas. O acordo é provisório, enquanto se aguarda a adoção formal por ambas as instituições.

O acordo provisório alcançado entre o Conselho e o Parlamento aplicar-se-á a todas as baterias, incluindo todos os resíduos de baterias portáteis, baterias de veículos elétricos, baterias industriais, baterias de arranque, iluminação e ignição (SLI) (utilizadas principalmente para veículos e máquinas) e baterias para veículos de transporte ligeiros (por exemplo, bicicletas, motoretas e trotinetas elétricas).

As novas regras visam promover a economia circular regulando as baterias ao longo do seu ciclo de vida. Por conseguinte, o regulamento estabelece requisitos de fim de vida, incluindo metas e obrigações de recolha, metas para a recuperação de materiais e a responsabilidade alargada do produtor. O acordo fixa metas para os produtores recolherem resíduos de baterias portáteis (63 % até ao final de 2027 e 73 % até ao final de 2030) e introduz um objetivo específico de recolha de resíduos de baterias para veículos de transporte ligeiros (51 % até ao final de 2028 e 61 % até ao final de 2031).

Os legisladores concordaram em fixar a meta para a valorização do lítio a partir de resíduos de baterias em 50 % até 2027 e 80 % em 2031, o que pode ser alterado através de atos delegados em função da evolução do mercado e da tecnologia, e da disponibilidade de lítio. O acordo prevê níveis mínimos obrigatórios de conteúdo reciclado para as baterias industriais, as baterias SLI e as baterias de veículos elétricos. Estes foram inicialmente fixados em 16 % para o cobalto, 85 % para o chumbo, 6 % para o lítio e 6 % para o níquel. O regulamento estabelece a obrigação de as baterias possuírem documentação sobre o conteúdo reciclado. O acordo fixa uma meta de eficiência da reciclagem para as baterias de níquel-cádmio de 80 % até 2025 e de outros resíduos de baterias de 50 % até 2025.

### Ação climática da UE: acordo provisório alcançado em relação ao Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço

Os negociadores do Conselho e do Parlamento Europeu [chegaram](#) a um acordo de natureza provisória e condicional sobre o Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço (CBAM). O acordo precisa de ser confirmado pelos embaixadores dos Estados-Membros da UE, e pelo Parlamento Europeu, e adotado por ambas as instituições antes de ser definitivo.

O acordo provisório depende de alguns aspetos que são relevantes para o CBAM, mas que precisam de ser explicitados noutros textos legislativos sobre os quais as negociações ainda estão em curso. A Presidência do Conselho considera que o regulamento do CBAM só pode ser formalmente adotado quando os elementos relevantes para o CBAM forem resolvidos noutros dossiers relacionados.

Relativamente aos produtos e setores que se enquadram no âmbito das novas regras, o CBAM abrangerá inicialmente uma série de produtos específicos em alguns dos setores com maior intensidade de carbono: ferro e aço, cimento, fertilizantes, alumínio,

eletricidade e hidrogénio, bem como alguns precursores e um número limitado de produtos a jusante. As emissões indiretas serão também incluídas no regulamento de uma forma circunscrita.

Nos termos do acordo provisório, o CBAM começará a funcionar a partir de outubro de 2023. Inicialmente, um CBAM simplificado aplicar-se-á essencialmente apenas com obrigações de apresentação de relatórios. O objetivo é a recolha de dados. A partir de então, o CBAM completo entrará em funcionamento. Será introduzido gradualmente, em paralelo com uma eliminação gradual das licenças de emissão gratuitas, ao abrigo do sistema revisto do comércio de emissões da UE (ETS) para os setores em causa. Isto assegurará a compatibilidade do CBAM com as regras comerciais internacionais.

A eliminação gradual das licenças gratuitas para os setores CBAM ainda precisa de ser acordada no contexto das negociações em curso do regime de comércio de licenças de emissão da UE. É igualmente necessário prosseguir o trabalho sobre medidas para evitar a fuga de carbono nas exportações.

### **COP15: Comissão, Estados-Membros e outros doadores comprometem-se a aumentar o financiamento global da biodiversidade**

Na [Conferência das Nações Unidas sobre a Biodiversidade \(COP15\)](#), realizada em Montreal, a UE, alguns dos seus Estados-Membros e vários outros países estão a unir esforços para aumentar significativamente o financiamento da biodiversidade proveniente de todas as fontes. Numa [declaração conjunta](#) dos doadores sobre o financiamento internacional da biodiversidade, confirmam a intenção de continuar a aumentar o financiamento e destacam o papel que o auxílio desempenha na mobilização de investimento nacional e privado na biodiversidade.

A declaração conjunta dos doadores inclui uma lista de compromissos assumidos pelos doadores, que convidam outras partes a contribuir.

Neste contexto, a Comissão confirma a duplicação sem precedentes do financiamento internacional da UE a favor da biodiversidade no período 2021-2027, para 7 mil milhões de euros. Além disso, vários Estados-Membros da UE, nomeadamente a Alemanha, a França e a Espanha, estão também a duplicar o seu apoio financeiro, e os Países Baixos estão a aumentá-lo em 50 %. Graças a esta medida, a contribuição conjunta da UE e dos seus Estados-Membros para a natureza passa a representar uma quota considerável dos compromissos conjuntos de todos os doadores. Outros Estados-Membros deverão anunciar os seus contributos nos próximos dias.



## **Coesão e solidariedade interna da UE**

### **NextGenerationEU: Comissão Europeia aprova avaliação preliminar positiva do segundo pedido de pagamento de 1,8 mil milhões de euros apresentado por Portugal a título do Mecanismo de Recuperação e Resiliência.**

A Comissão Europeia [aprovou](#) a [avaliação preliminar](#) positiva do pedido de pagamento de 1,8 mil milhões de euros de subvenções e empréstimos apresentado por Portugal a título do [Mecanismo de Recuperação e Resiliência \(MRR\)](#), o principal instrumento no cerne do NextGenerationEU.

A 30 de setembro de 2022, Portugal apresentou à Comissão um pedido de pagamento baseado no cumprimento dos 20 marcos e metas enunciados na [Decisão de Execução do Conselho](#) para a segunda parcela. Estes marcos e metas abrangem reformas nos domínios da gestão de hospitais públicos e da transição digital nos setores público e privado. Alguns marcos e metas dizem igualmente respeito a grandes investimentos nos domínios da saúde, silvicultura, gestão da água, proteção social, inovação, mobilidade sustentável, competências digitais, cultura, finanças públicas e administração pública.

A Comissão enviou agora ao Comité Económico e Financeiro (CEF) a sua avaliação preliminar positiva do cumprimento, por Portugal, dos marcos e metas exigidos para este pagamento, solicitando o seu parecer. O parecer do CEF, que deverá ser emitido no prazo máximo de quatro semanas, deve ser tido em conta na avaliação da Comissão. Na sequência do parecer do CEF, a Comissão adotará a decisão final sobre o pagamento da contribuição financeira, em conformidade com o procedimento de exame, através de um comité no âmbito da Comitologia. Na sequência da adoção da decisão pela Comissão, o pagamento a Portugal pode ser efetuado.

### **Política de coesão da UE: 223,8 milhões de euros para uma transição climática justa em Portugal**

Portugal [receberá](#) mais de 223,8 milhões de euros a título do [Fundo para uma Transição Justa](#) (FTJ) na sequência da adoção, de três programas multifundo, que incluem o Plano Territorial de Transição Justa (PTTJ). Este apoio da UE contribuirá para uma transição climática justa nas regiões portuguesas do Alentejo Litoral e do Médio Tejo e na cidade de Matosinhos.

Esta decisão conclui a adoção do total de onze programas que irão operacionalizar 22,6 mil milhões de euros de investimentos da política de coesão em Portugal no período de 2021-2027, com vista a apoiar o desenvolvimento de uma economia territorialmente equilibrada, justa, ecológica e digital. Portugal encerrou recentemente três das maiores centrais emissoras de CO<sub>2</sub> do país: duas centrais elétricas a carvão em Sines (Alentejo Litoral) e Médio Tejo e a refinaria de petróleo em Matosinhos.

### **Política de Coesão da UE: quase 3 mil milhões de euros para a transição verde e digital e para o desenvolvimento económico da Bélgica em 2021-2027**

A Bélgica [receberá](#) quase 3 mil milhões de euros de financiamento da Política de Coesão em 2021-2027 para acelerar a sua transição verde e digital e apoiar o desenvolvimento de uma economia competitiva, inovadora e inclusiva. A estratégia e os detalhes destes investimentos estão definidos no Acordo de Parceria adotado entre a Bélgica e a Comissão.

O Acordo de Parceria com a Bélgica é o 26º a ser adotado após os da Grécia, Alemanha, Áustria, República Checa, Lituânia, Finlândia, Dinamarca, França, Suécia, Países Baixos, Polónia, Bulgária, Chipre, [Portugal](#), Estónia, Eslováquia, Itália, Roménia, Croácia, Eslovénia, Malta, Irlanda, Letónia, Espanha e Luxemburgo.

### **718,5 milhões de euros para apoiar sete Estados-Membros na sequência das catástrofes naturais ocorridas em 2021**

Serão [concedidos](#) 718,5 milhões de euros do Fundo de Solidariedade da UE (FSUE) para ajudar sete Estados-Membros a reparar os danos causados pelas catástrofes naturais de 2021. Isto vem na sequência do acordo do Parlamento Europeu e do Conselho sobre a proposta da Comissão.

O pacote de ajuda é composto da seguinte forma: 612,6 milhões de euros para a Alemanha; 87,7 milhões de euros para a Bélgica; 4,7 milhões de euros para os Países Baixos; 1,8 milhões de euros para o Luxemburgo e 780 mil euros para a Áustria para recuperar e reconstruir após as inundações catastróficas de 2021. 9,5 milhões para Espanha após a erupção do vulcão na ilha de La Palma e 1,35 milhões para a Grécia após o terramoto em Creta.



Cultura

### **Prémios Europeus de Cinema 2022: filmes apoiados pelo MEDIA ganharam vários prémios, incluindo o melhor filme europeu**

Os vencedores da 35ª edição dos [Prémios Europeus de Cinema](#) foram anunciados durante a Cerimónia realizada a 10 de dezembro de 2022 em Reykjavík, Islândia, e os filmes apoiados pelo [MEDIA](#) do Europa Criativa foram muito bem-sucedidos.

O 'Triângulo da Tristeza', de Ruben Östlund, foi o grande vencedor da noite: foi coroado melhor filme europeu e também levou os prémios de melhor realizador e melhor argumentista a Ruben Östlund, assim como melhor ator a Zlatko Burić. Além disso, 'The Good Boss', de Fernando León De Aranoa ganhou o prémio de melhor comédia europeia; 'Small Body', de Laura Samani, foi premiado com o Prix Fipresci de Descoberta Europeia; e 'Granny's Sexual Life', de Urška Djukić e Émilie Pigéard, levou para casa o prémio de melhor curta-metragem europeia. Finalmente, Vicky Krieps ganhou o prémio de melhor atriz pelo seu papel em 'Corsage', de Marie Kreutzer.

### **Comissão propõe Plano de Ação Contra o Tráfico de Bens Culturais**

A Comissão Europeia apresentou o seu [Plano de Ação da UE contra o Tráfico de Bens Culturais](#). O plano de ação fornece um quadro abrangente para a UE e para os Estados-Membros reforçarem a prevenção, deteção, resposta de justiça criminal e cooperação internacional na luta contra o tráfico ilícito de bens culturais. O plano de ação também aborda a vulnerabilidade dos bens culturais a danos criminais em regiões em conflito e crise, recentemente ilustrada pela pilhagem de museus ucranianos na guerra de agressão russa contra a Ucrânia.

O tráfico de bens culturais é um negócio lucrativo para o crime organizado e, em alguns casos, para as partes em conflito e para os terroristas. Entre 2017 e 2021, as operações policiais apoiadas pela Europol resultaram na recuperação de mais de 200 mil objetos culturais e levaram a 418 detenções. O combate a esta atividade criminosa complexa e altamente transnacional requer uma resposta à escala da UE, tal como estabelecido na [Estratégia de Segurança da UE](#) e na [Estratégia da UE para combater o Crime Organizado](#).



Defesa e Segurança

### **Níger: UE cria missão de parceria militar para apoiar país na luta contra o terrorismo**

O Conselho [adotou](#) uma decisão que estabelece uma missão de parceria militar no âmbito da política comum de segurança e defesa (PCSD), tendo em vista apoiar o Níger na sua luta contra os grupos terroristas armados. A missão visa reforçar a capacidade das Forças Armadas do Níger para conter esta ameaça, proteger a população do país e garantir um ambiente seguro, na observância das disposições legais em matéria de direitos humanos e do direito internacional humanitário.

A EUMPM Níger contribuirá para a execução de um plano nigerino de reforço de capacidades, apoiando para isso a criação do centro de formação de técnicos das forças armadas. Esta missão prestará ainda aconselhamento e formação especializada aos especialistas das Forças Armadas do Níger, quando tal lhe for solicitado, e ajudará a criar um novo batalhão de apoio às comunicações e ao comando, o que se fará em conjugação com a medida de assistência no âmbito do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz, que foi adotada em 18 de julho de 2022. O mandato da missão, definido após estreitas consultas com as autoridades nigerinas, terá inicialmente a duração de três anos e o montante de referência financeira para os custos comuns para este período será de 27,3 milhões de euros.

O comandante da missão EUMPM Níger será o vice-almirante Hervé Bléjean, diretor da Capacidade Militar de Planeamento e Condução (CMPC). O Quartel-General da Força da Missão ficará localizado no Níger.

### **Conselho aprova conclusões em que apela a um impulso renovado à vertente civil da política comum de segurança e defesa**

À luz do panorama geopolítico em mutação, incluindo a emergência ou a escalada de conflitos por toda a União Europeia e a guerra de agressão não provocada e injustificada da Rússia contra a Ucrânia, o aumento dos atos revisionistas e a persistência de instabilidade e ameaças transnacionais, o Conselho [salienta](#) o contributo significativo da vertente civil da política comum de segurança e defesa (PCSD) para a paz e a estabilidade internacionais. O Conselho manifesta a sua gratidão às mulheres e aos homens que prestam serviços nas missões civis da PCSD. O Conselho recorda a adoção da Bússola Estratégica para a Segurança e a Defesa em março de 2022 e reafirma o seu pleno empenho em reforçar a vertente civil da PCSD através de um novo Pacto sobre a Vertente Civil da PCSD, a adotar até meados de 2023.

Há quatro anos, a adoção do Pacto sobre a Vertente Civil da PCSD representou uma mudança radical. O Conselho louva os resultados positivos alcançados desde essa adoção, tanto a nível nacional, pelos Estados-Membros, como pelo SEAE e pelos serviços da Comissão, bem como o importante trabalho realizado por todas as missões civis da PCSD. O Conselho reitera a importância de assegurar a execução do Pacto até ao início do verão de 2023.

Com base em quase vinte anos de experiência, nos resultados positivos e nos ensinamentos retirados no âmbito do Pacto sobre a Vertente Civil da PCSD, incluindo a rápida adaptação das atividades civis da PCSD na Ucrânia, o Conselho apela a que se dê um impulso renovado à vertente civil da PCSD. O Conselho apela ao reforço da eficácia das missões civis da PCSD, permitindo-lhes enfrentar de forma mais eficiente os desafios atuais, emergentes e futuros em matéria de segurança no quadro da abordagem integrada da UE em matéria de crises e conflitos externos. O Conselho recorda a necessidade de a União Europeia assumir mais responsabilidades pela sua própria segurança, agindo na sua vizinhança e noutras regiões.

### **Operação ATALANTA, EUTM Somália e EUCAP Somália: mandatos prorrogados por dois anos**

O Conselho [prorrogou](#) os mandatos das suas missões e operações da política comum de segurança e defesa (PCSD) no Corno de África e na Somália. Os mandatos da EUCAP Somália, a missão civil da UE de reforço das capacidades, da EUTM Somália, a missão da UE de formação militar, e da Força Naval da UE – operação ATALANTA, uma das operações marítimas militares executivas da UE, estender-se-ão até 31 de dezembro de 2024.

A decisão foi tomada na sequência da análise estratégica holística da intervenção da PCSD na Somália e no Corno de África, com o objetivo de consolidar e fortalecer a resposta da UE à evolução do contexto em termos de segurança e de reforçar o seu papel enquanto garante da segurança marítima.

### **Prémio Sakharov 2022: Parlamento Europeu presta homenagem ao povo ucraniano**

O [Prémio Sakharov 2022](#) do Parlamento Europeu foi [atribuído](#) ao corajoso povo da Ucrânia, numa cerimónia a 14 de dezembro. O povo ucraniano foi representado pelo seu presidente, os líderes eleitos e a sociedade civil na cerimónia que decorreu em Estrasburgo.

A guerra de agressão não provocada da Rússia contra a Ucrânia, iniciada em fevereiro de 2022, tem infligido enormes custos ao povo ucraniano, que continua a lutar para proteger as suas casas, a soberania, a independência e a integridade territorial. Todos os dias, os cidadãos ucranianos lutam ainda pela liberdade, pela democracia, pelo Estado de direito e pelos valores europeus. Ao conceder o prémio, a presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, destacou a coragem e os sacrifícios do povo ucraniano: "A mensagem da Europa foi clara: nós estamos com a Ucrânia. Não vamos olhar para o outro lado. O povo ucraniano não só está a lutar uma guerra pela independência, mas uma guerra de valores. Os valores subjacentes à nossa vida na União Europeia, que assumimos como um dado adquirido."

Depois de pedir a todos os presentes um minuto de silêncio em nome de todos os homens, mulheres, crianças, militares e civis ucranianos que padeceram na guerra, o presidente da Ucrânia Volodymyr Zelensky disse: "Temos de agir agora, não podemos esperar pelo fim da guerra para levar perante a justiça todos aqueles que prevaricaram e para evitar a repetição de agressões. Será a proteção mais eficaz da liberdade, dos direitos humanos, do Estado de direito e outros valores comuns que estão presentes neste Parlamento através do Prémio Sakharov." Dirigindo-se ao Parlamento Europeu através de uma ligação por vídeo, Zelensky solicitou ainda o apoio de um tribunal internacional para levar à justiça os crimes cometidos pela Rússia.

### **Israel e Palestina: Eurodeputados pedem uma iniciativa europeia para a paz**

Numa resolução [aprovada](#) esta quarta-feira, o Parlamento Europeu apelou ao fim do prolongado conflito israelo-palestiniano e à ocupação dos territórios palestinos e pediu que sejam retomadas verdadeiras conversações de paz.

Reiterando o apoio inabalável a uma solução negociada de dois Estados com base nas fronteiras de 1967 - com dois Estados soberanos e democráticos e com Jerusalém como capital de ambos -, os eurodeputados instam a comunidade internacional a apoiar Israel e a Palestina em negociações que conduzam a um acordo final sobre o estatuto e ao reconhecimento mútuo. Os eurodeputados recordam que os colonatos são ilegais à luz do direito internacional e defendem o seu fim imediato. Consideram que as recentes decisões de estabelecer novos colonatos comprometem ainda mais as perspetivas de uma solução viável de dois Estados.

O Parlamento condena veementemente o terrorismo continuado contra Israel e reconhece plenamente as legítimas preocupações de Israel em matéria de segurança, bem como o seu direito de lutar contra atos de violência e de proteger a população civil.

Os eurodeputados pedem o fim imediato de todos os atos de violência, incluindo o uso desproporcionado da força em operações militares pelas forças de defesa Israelitas, os ataques terroristas contra civis inocentes e os ataques contra infraestruturas civis, devem cessar de imediato. Notam ainda a crescente violência dos colonos e os ataques indiscriminados levados a cabo por

organizações que constam da [lista de terrorismo da UE](#), como o Hamas, a Jiade Islâmica Palestiniana e a Frente Popular de Libertação da Palestina.

### **Presidência do Conselho e Parlamento Europeu chegam a acordo provisório para melhorar o intercâmbio de informações em casos de terrorismo**

A Presidência do Conselho e os representantes do Parlamento Europeu [chegaram](#) a acordo provisório sobre um regulamento relativo ao intercâmbio de informações digitais em casos de terrorismo. O texto acordado está sujeito à aprovação do Conselho e do Parlamento Europeu antes de ser submetido ao processo de adoção formal.

Atualmente, os Estados-Membros partilham informações com a Eurojust sobre os processos relacionados com o terrorismo através de vários canais de comunicação. Essas informações são a seguir inscritas no Registo Judiciário Europeu em matéria de contraterrorismo, um sistema tecnicamente desatualizado que não permite o devido controlo cruzado das informações. A proposta visa suprir estas deficiências e permitir que a Eurojust desempenhe um papel mais marcado e mais proativo no apoio à coordenação e à cooperação entre as autoridades nacionais responsáveis pela investigação e repressão de infrações terroristas. De acordo com as regras propostas, os Estados-Membros terão de fornecer à Eurojust informações sobre quaisquer investigações criminais relativas a infrações terroristas, logo que tais casos sejam remetidos para as autoridades judiciárias.



### **Erasmus+: Evento de comemoração do 35.º aniversário celebra as realizações e o futuro**

Realizou-se no dia 14 de dezembro, em Bruxelas, o [evento](#) de encerramento das comemorações do [35.º aniversário do Erasmus+](#). Desde a sua criação em 1987, o programa Erasmus+ deu a cerca de 13 milhões de pessoas a possibilidade de estudar, receber formação, trabalhar e fazer voluntariado no estrangeiro. Nos próximos anos, o Erasmus+ continuará a permitir que mais pessoas aprendam e participem em projetos transnacionais.

O evento serviu para ouvir em primeira mão as experiências dos participantes, partilhar impressões e trocar informações sobre a história e o futuro do programa. Nele participarão o vice-presidente responsável pelo Modo de Vida Europeu, Margaritis Schinas, e a comissária responsável pela Educação, Cultura, Juventude e Desporto, Mariya Gabriel, bem como a presidente da Comissão da Cultura do Parlamento Europeu, Sabine Verheyen, e o ministro checo da Educação, da Juventude e do Desporto, Vladimír Balaš.

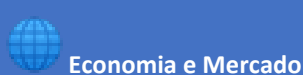
Fundadores do programa, beneficiários e membros do pessoal que trabalha a nível nacional ou europeu no programa Erasmus+ participaram em diferentes sessões e seminários dedicados às prioridades do Erasmus+, às boas práticas e à história do programa, entre outros temas. O evento encerrou com uma exposição fotográfica realizada por jovens beneficiários do passe [DiscoverEU](#) e um espetáculo artístico.

Sendo o orçamento total disponível do [Erasmus+ para o período de 2021 a 2027](#) de 26,2 mil milhões de euros, complementados com cerca de 2,2 mil milhões de euros provenientes de instrumentos externos da UE, o programa deverá apoiar ainda mais participantes e ideias na Europa e no resto do mundo. O atual período de programação assinala igualmente a integração da [DiscoverEU](#) no programa Erasmus+. Graças a esta mudança e ao financiamento excepcional concedido no contexto do [Ano Europeu da Juventude 2022](#), foram disponibilizados 70 mil bilhetes de viagem em 2022. O [convite à apresentação de propostas](#) para 2023 ao abrigo do programa Erasmus+ foi lançado em 23 de novembro de 2022. Com um orçamento anual de 4,2 mil milhões de euros, o Erasmus+ aumentou, assim, o seu apoio à inclusão, à cidadania ativa e à participação democrática, bem como às transformações ecológica e digital em 2023, na UE e no mundo.

### **UE e Ucrânia assinam 100 milhões de euros para a reabilitação de escolas danificadas pela guerra**

Exatamente três meses após o anúncio da presidente von der Leyen no seu discurso de 2022 sobre o Estado da União, a Comissão Europeia e o Governo da Ucrânia [assinaram](#) um pacote de apoio de 100 milhões de euros para a reconstrução e reabilitação das instalações escolares danificadas na guerra. O apoio chegará à Ucrânia através dos parceiros humanitários da UE e, em parte, como apoio orçamental ao Governo da Ucrânia.

A Comissão Europeia afetou cerca de 14 milhões de euros de um contrato em curso com o Banco Polaco de Desenvolvimento "Bank Gospodarstwa Krajowego" para comprar autocarros escolares e levar as crianças ucranianas em segurança à escola. A Comissão lançou também uma campanha de solidariedade a nível da UE para a doação de autocarros escolares para a Ucrânia, canalizada através do Mecanismo de Proteção Civil da UE. No total, cerca de 240 autocarros provenientes da UE e dos seus Estados-Membros estão agora a caminho.



### **UE adota o 9º pacote de sanções económicas contra a Rússia**

Em resposta à guerra de agressão contínua da Rússia contra a Ucrânia e à gravidade da atual escalada contra civis e infraestruturas civis, o Conselho [adotou](#) um nono pacote de novas medidas destinadas a aumentar a pressão sobre a Rússia e o seu governo. A

decisão impõe novos controlos e restrições à exportação de bens e tecnologia de dupla utilização, bem como de bens e tecnologia que podem contribuir para a melhoria tecnológica do setor de defesa e segurança da Rússia, através do alargamento significativo da lista de entidades ligadas ao complexo militar e industrial da Rússia a 168 entidades adicionais visadas por medidas setoriais. Tal garantirá que os principais produtos químicos, agentes nervosos, equipamento de visão noturna e de radionavegação, componentes eletrónicos e de IT que poderiam ser utilizados pela máquina de guerra russa não possam ser comercializados livremente. Para evitar a evasão, algumas entidades controladas pela Rússia baseadas na Crimeia ou Sevastopol ilegalmente anexadas estão também incluídas na lista.

Além disso, a UE irá expandir a proibição de exportação de bens e tecnologia relacionados com a aviação e a indústria espacial para incluir peças e motores de aviões. Esta proibição aplicar-se-á tanto a aeronaves tripuladas como não tripuladas, o que significa que a partir de agora haverá uma proibição das exportações diretas de motores de aeronaves para a Rússia e qualquer país terceiro que possa fornecer aeronaves para a Rússia.

Nenhuma das medidas adotadas tendo em conta as ações da Rússia que desestabilizam a situação na Ucrânia visa de forma alguma o comércio de produtos agrícolas e alimentares, incluindo trigo e fertilizantes, entre países terceiros e a Rússia. No entanto, tendo em conta a posição determinada da União em evitar e combater a insegurança alimentar em todo o mundo, e a fim de evitar perturbações nos canais de pagamento de produtos agrícolas, foi decidido introduzir uma nova derrogação que permite descongelar ativos e disponibilizar fundos e recursos económicos a certos indivíduos que desempenharam um papel significativo no comércio internacional de produtos agrícolas e alimentares, incluindo trigo e fertilizantes, antes da sua inclusão na lista.

### **Tributação internacional: Conselho chega a acordo sobre um nível mínimo de tributação para as maiores empresas**

Os Estados-Membros [chegaram](#) a acordo sobre a aplicação, a nível da UE, da componente de tributação mínima, o chamado "Pilar Dois", da reforma da OCDE em matéria de tributação internacional. Os embaixadores dos Estados-Membros da UE decidiram aconselhar o Conselho a adotar a Diretiva Pilar Dois, e será lançado um procedimento escrito para a sua adoção formal. O Comité de Representantes Permanentes alcançou o apoio unânime requerido.

A aplicação efetiva da diretiva limitará o nivelamento por baixo das taxas de imposto sobre as sociedades. Os lucros das grandes multinacionais e grupos ou empresas nacionais com um volume de negócios anual combinado de pelo menos 750 milhões de euros serão tributados a uma taxa de imposto que não poderá ser inferior a 15 %. As novas regras reduzirão o risco de erosão da base tributável e de transferência de lucros e garantirão que os maiores grupos multinacionais paguem a taxa mínima de imposto sobre as sociedades acordada a nível mundial.

### **Indo-Pacífico: União Europeia e Malásia assinam Acordo de Parceria e Cooperação**

A União Europeia e a Malásia [assinaram](#) em Bruxelas o Acordo de Parceria e Cooperação (APC) UE-Malásia. Este acordo reforçará o diálogo político sobre questões de interesse mundial e dará mais margem para uma cooperação mutuamente benéfica num vasto número de domínios de intervenção, nomeadamente o ambiente, a energia, as alterações climáticas, os transportes, o comércio, o emprego e os assuntos sociais, os direitos humanos, a agricultura, a não proliferação, a luta contra o terrorismo, o combate à criminalidade organizada e a migração.

Nas palavras do alto representante e vice-presidente Josep Borrell, "*A União Europeia e a Malásia estão a reforçar ainda mais os seus laços para estreitar a colaboração mútua. O Acordo de Parceria e Cooperação consolida os domínios de cooperação e de empenhamento existentes e aprofunda e diversifica ainda mais as relações em domínios de interesse mútuo.*"

A cerimónia de assinatura marca o encerramento bem-sucedido das negociações que tiveram início em outubro de 2010. O acordo foi rubricado em 6 de abril de 2016 pelos negociadores principais da União Europeia e da Malásia, numa cerimónia realizada no Ministério dos Negócios Estrangeiros da Malásia, em Putrajaya. O APC entrará em vigor após a sua ratificação pelos Estados-Membros da UE e pela Malásia.

### **Indo-Pacífico: União Europeia e Tailândia assinam Acordo de Parceria e Cooperação**

A União Europeia e a Tailândia [assinaram](#) em Bruxelas o Acordo de Parceria e Cooperação (APC) UE-Tailândia. Este acordo reforçará o diálogo político sobre questões de interesse mundial e dará mais margem para uma cooperação mutuamente benéfica num vasto número de domínios de intervenção, nomeadamente o ambiente, a energia, as alterações climáticas, os transportes, a ciência e a tecnologia, o comércio, o emprego e os assuntos sociais, os direitos humanos, a educação, a agricultura, a não proliferação, a luta contra o terrorismo, o combate à corrupção e à criminalidade organizada, a migração e a cultura. O acordo irá enquadrar as relações entre a UE e a Tailândia nos próximos anos.

Nas palavras do alto representante e vice-presidente Josep Borrell, "*A Tailândia é um parceiro de longa data da UE na Ásia. Com o acordo hoje assinado, reforçaremos o nosso diálogo e cooperação. A assinatura do APC demonstra a importância e o potencial das nossas relações bilaterais. A UE e a Tailândia estão empenhadas em trabalhar em conjunto para apoiar a ordem internacional assente em regras, bem como em promover a prosperidade e a estabilidade regionais.*"

A cerimónia de assinatura assinala o encerramento bem-sucedido de longas negociações. O acordo foi rubricado em 2 de setembro de 2022 pelos negociadores principais da União Europeia e da Tailândia. O APC entrará em vigor após a sua ratificação pelos Estados-Membros da UE e pela Tailândia. O acordo prevê a aplicação provisória após a conclusão das formalidades necessárias por ambas as partes.



### **Proteger os trabalhadores e os postos de trabalho: Comissão efetua pagamento final de 6 500 milhões de euros ao abrigo do SURE — Apoio total aos Estados-Membros eleva-se a 98 400 milhões de euros**

A Comissão Europeia [desembolsou](#) mais de 6 500 milhões de euros a favor de nove Estados-Membros na transação final ao abrigo do SURE, o instrumento concebido para proteger os postos de trabalho e os rendimentos afetados pela pandemia de COVID-19. Com o nono e último pagamento efetuado, o instrumento SURE disponibilizou um total de 98 400 milhões de euros de assistência financeira a 19 Estados-Membros. No âmbito destas operações, a Bulgária recebeu 460 milhões de euros, Chipre 29 milhões de euros, a Chéquia 2500 milhões de euros, a Grécia 900 milhões de euros, a Croácia 550 milhões de euros, a Lituânia 142 milhões de euros, a Letónia 167 milhões de euros, a Polónia 1500 milhões de euros e Portugal 300 milhões de euros. Estes nove Estados-Membros já tinham recebido apoio financeiro ao abrigo do SURE.

Os empréstimos desembolsados financiarão as despesas incorridas com medidas destinadas a fazer face ao forte impacto socioeconómico da crise da COVID-19. Ajudarão os Estados-Membros a cobrir os custos relacionados com o financiamento dos regimes nacionais de tempo de trabalho reduzido e outras medidas semelhantes, incluindo a favor dos trabalhadores por conta própria, bem como algumas ações relacionadas com a saúde. Estas iniciativas ajudaram a proteger o emprego e a apoiar os rendimentos durante a pandemia de COVID-19.

O SURE conseguiu ajudar os Estados-Membros a atenuar o impacto da pandemia em 2020 e apoiou a retoma rápida em 2021. O [último relatório](#) da Comissão sobre o SURE mostra que este instrumento apoiou cerca de 31,5 milhões de pessoas e 2,5 milhões de empresas em 2020, e 9 milhões de pessoas e mais de 800 000 empresas em 2021. Em junho do ano passado, o SURE venceu o Prémio por Boa Administração 2021 do Provedor de Justiça Europeu na categoria de prestação de serviços centrados no cidadão. O instrumento SURE termina em 31 de dezembro de 2022. Para financiar os desembolsos, a Comissão emitiu, [na semana passada](#), 6 548 milhões de euros de [obrigações sociais SURE](#), que obtiveram um bom acolhimento por parte dos investidores durante esta janela de final do ano.

### **Conselho e Parlamento Europeu chegam a acordo sobre novos requisitos de segurança aplicáveis às máquinas e seus componentes e acessórios**

Os negociadores do Conselho e do Parlamento Europeu [chegaram](#) a acordo provisório sobre o regulamento relativo às máquinas e seus componentes e acessórios. A proposta de legislação transforma a Diretiva Máquinas de 2006 num regulamento. A diretiva de 2006 é um dos principais textos legislativos que regem a harmonização dos requisitos essenciais em termos de saúde e de **segurança** aplicáveis às máquinas a nível da UE. Promove a livre circulação de máquinas no mercado único e garante um elevado nível de segurança para os trabalhadores e os cidadãos da UE.



### **Plano de Recuperação da UE: acordo provisório alcançado respeitante ao REPowerEU**

A UE está a acelerar o fim da sua dependência das importações de combustíveis fósseis russos. Os negociadores do Conselho e do Parlamento Europeu [chegaram](#) a um acordo provisório sobre a proposta de REPowerEU que visa reforçar a autonomia estratégica da União através da diversificação e do reforço da independência e segurança do aprovisionamento energético da União. O texto acordado está sujeito à aprovação pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu antes de ser submetido ao procedimento formal de adoção.

Em termos práticos, os Estados-Membros poderão acrescentar um novo capítulo REPowerEU aos seus planos nacionais de recuperação e resiliência (PRR) no âmbito da NextGenerationEU, a fim de financiar investimentos e reformas fundamentais que ajudarão a alcançar os objetivos REPowerEU.

### **REPowerEU: Nova Aliança industrial para reforçar a energia solar e a segurança energética da UE**

A Comissão Europeia, juntamente com partes interessadas do setor, institutos de investigação, associações e outros intervenientes relevantes, [lançou](#) a [Aliança Europeia para a Indústria Solar Fotovoltaica](#). A Aliança contribuirá para atenuar os riscos de aprovisionamento, assegurando a diversificação dos abastecimentos através de importações mais diversificadas e intensificando o fabrico de energia solar fotovoltaica na UE através de painéis solares inovadores e sustentáveis. Numa [declaração conjunta](#), a Comissão e os signatários da Aliança definiram as prioridades imediatas para 2023.

O reforço da capacidade de produção interna será fundamental para que a UE alcance os objetivos REPowerEU de mais de 320 GW de capacidade solar fotovoltaica recentemente instalada até 2025 e de quase 600 GW até 2030. A nova Aliança aprovou o objetivo



de atingir 30 GW de capacidade de produção europeia até 2025, em toda a cadeia de valor. A consecução deste objetivo proporcionaria 60 mil milhões de euros de novo PIB por ano na Europa e a criação de mais de 400 mil novos postos de trabalho.

### **Crise energética: eurodeputados apoiam planos para estimular energias renováveis**

Legislação proposta irá acelerar o procedimento de concessão de licenças para novas centrais de energias renováveis, tais como painéis solares ou turbinas eólicas, ou para adaptar as existentes. Nas suas [propostas de alteração](#) ao texto da Comissão Europeia, os eurodeputados [reduziram](#) o período máximo para aprovar novas instalações, de 12 para nove meses, caso fiquem localizadas nas chamadas "zonas de aceleração de energias renováveis". Estas serão delineadas por cada país da UE, dependendo da sua capacidade de instalar as energias renováveis a um ritmo mais rápido. Se a autoridade competente não responder dentro do prazo, a licença ou pedido são considerados aprovados - seguindo o chamado princípio do "silêncio positivo".

Fora destas áreas, o processo não deverá exceder os 18 meses, entendem os eurodeputados, em vez dos dois anos inicialmente propostos. No que respeita à repotenciação de centrais de energias renováveis existentes, os eurodeputados querem que o processo de concessão de licenças não ultrapasse os seis meses.

Ao estabelecer as regras para as áreas de aceleração renovável, os países da UE devem evitar ou, quanto tal não é possível, reduzir significativamente o impacto ambiental negativo que possa resultar para essas áreas. Os sítios [Natura 2000](#), parques naturais e reservas, bem como as rotas migratórias de aves e mamíferos marinhos identificados serão excluídos, exceto no caso de superfícies artificiais e construídas, tais como telhados, parques de estacionamento ou infraestruturas de transporte. Os eurodeputados também quiseram assegurar o envolvimento do público antes de ser escolhida uma área para instalação de uma fábrica e antes de serem designadas áreas renováveis.

### **Auxílios estatais: Comissão aprova um regime alemão de 1,8 mil milhões de euros para a implantação de infraestruturas de carregamento de alta potência para veículos elétricos**

A Comissão Europeia [aprovou](#), ao abrigo das regras da UE em matéria de auxílios estatais, um regime alemão de 1,8 mil milhões de euros para apoiar a implantação de infraestruturas de carregamento de alta potência ("HPC") para veículos elétricos. A medida contribui para a realização dos objetivos do Pacto Ecológico Europeu e do pacote "Objetivo 55" da Comissão Europeia.

A medida prevê a implantação de 8.500 pontos HPC, o que permitirá recarregar veículos elétricos dentro de 15 a 30 minutos, em aproximadamente 900 locais na Alemanha onde não existem pontos HPC ou onde os pontos existentes são insuficientes para fazer face à procura prevista. Ao abrigo do regime, o auxílio assumirá a forma de subvenções diretas e pagamentos recorrentes cobrindo parte dos custos de funcionamento. Os beneficiários serão empresas com experiência na construção e exploração de infraestruturas de recarga, que serão selecionadas na sequência de um processo de concurso.



## Estado de Direito

### **Proteção Consular: Comissão adota decisão para unificar as regras da UE sobre o Documento de Viagem de Emergência**

A Comissão Europeia notificou os Estados-Membros sobre os [detalhes técnicos](#) recentemente adotados do Documento de Viagem de Emergência da UE, incluindo a sua conceção e características de segurança. A decisão da Comissão é o último passo no caminho para um procedimento claro e juridicamente vinculativo para os cidadãos da UE receberem o documento nas mesmas e claras condições, com base na [Diretiva](#) adotada em 2019.

Desde 1996, os cidadãos da UE que têm os seus passaportes roubados ou perdidos enquanto viajam para o estrangeiro podem obter documentos de viagem de emergência de embaixadas ou consulados de outros Estados-Membros da UE que não os seus. Contudo, o formato antigo não cumpria as normas de segurança modernas e, como resultado, alguns Estados-Membros deixaram de o utilizar.

Este novo documento - um documento de viagem único válido por 15 dias - será emitido pelas embaixadas e consulados dos Estados-Membros a cidadãos da UE não representados que percam o seu passaporte quando viajam para fora da UE.

### **Irão: UE adota conclusões do Conselho e novas medidas restritivas**

O Conselho [aprovou](#) novas conclusões sobre o Irão, onde se dá especial destaque à repressão inaceitável dos protestos em curso e à situação em matéria de direitos humanos, à cooperação militar do Irão com a Rússia, nomeadamente ao fornecimento de drones que são utilizados pela Rússia na sua guerra de agressão contra a Ucrânia, ao PACG (plano de ação conjunto global), bem como à segurança regional.

Além disso, o Conselho acrescentou vinte pessoas e uma entidade à lista de pessoas e entidades sujeitas a medidas restritivas no âmbito do atual regime de sanções contra o Irão em matéria de direitos humanos, tendo em conta o seu papel na reação violenta às recentes manifestações no Irão na sequência da morte de Mahsa Amini.

Por último, o Conselho acrescentou também quatro pessoas e uma entidade à lista de pessoas e entidades sujeitas a medidas restritivas por ações que comprometem ou ameaçam a integridade territorial, a soberania e a independência da Ucrânia, devido ao

seu papel no desenvolvimento e na entrega de veículos aéreos não tripulados utilizados pela Rússia na guerra contra a Ucrânia. O Conselho manifestou igualmente a sua intenção de impor medidas restritivas contra mais uma entidade pelos mesmos motivos. As medidas restritivas da UE consistem no congelamento de bens, na proibição de viajar para a UE e na proibição de colocar fundos ou recursos económicos à disposição das pessoas e entidades incluídas na lista.

### **Transparência e direcionamento da propaganda política: Conselho define mandato de negociação**

O Conselho [definiu](#) o seu mandato (orientação geral) para as negociações com o Parlamento Europeu no que diz respeito à proposta de regulamento sobre a transparência e o direcionamento da propaganda política. Num contexto em que as campanhas políticas se fazem cada vez mais em linha e para além das fronteiras nacionais, a proposta visa promover elevados padrões de transparência da propaganda política na UE, limitar a utilização de publicidade direcionada para fins políticos e facilitar a prestação e a supervisão transfronteiras de serviços de propaganda política. Ajudará a combater a desinformação, a manipulação da informação e a ingerência nas eleições, bem como salvaguardar um debate democrático aberto nos Estados-Membros da UE.

As regras propostas estabelecem obrigações para vários intervenientes da cadeia de valor publicitária, tanto em linha como fora de linha, nomeadamente o requisito de rotular claramente os anúncios de cariz político e fornecer aos cidadãos informações adicionais sobre os patrocinadores, o financiamento e quaisquer ligações a eleições ou referendos específicos. A utilização de técnicas de direcionamento e de amplificação políticas está sujeita a condições rigorosas, sendo totalmente proibida em alguns casos.

### **Holodomor: Parlamento Europeu reconhece como genocídio a fome soviética imposta aos ucranianos**

Os eurodeputados lamentam que, 90 anos após o Holodomor, a Rússia esteja a repetir os mesmos crimes na Ucrânia. O Parlamento Europeu [reconhece](#) como genocídio a fome infligida pelo regime soviético à Ucrânia em 1932-1933 - conhecida como Holodomor - numa resolução aprovada esta quinta-feira. Os eurodeputados condenam veementemente estes atos, que resultaram na morte de milhões de ucranianos, e apelam a todos os países e organizações que ainda não o fizeram para que também o reconheçam como genocídio. A resolução estará disponível na íntegra [aqui](#). Foi adotada por 507 votos, 12 contra e 17 abstenções.

### **Corrupção: Eurodeputados insistem em reformas para maior transparência e responsabilização**

O Parlamento [aprovou](#) uma resolução sobre as suspeitas de corrupção do Catar e a necessidade de maior transparência nas instituições da União Europeia, com 541 votos a favor, 2 contra e 3 abstenções. No documento aprovado e também no [debate de terça-feira](#), os eurodeputados manifestaram perplexidade com as recentes alegações de que outros membros do Parlamento, antigos deputados e funcionários da instituição estão envolvidos em corrupção, branqueamento de capitais e participação numa organização criminosa. Observando que os sistemas internos não conseguiram impedir a corrupção, apoiam a plena cooperação do Parlamento com a investigação em curso. Também denunciam as alegadas tentativas de corrupção por parte do Catar, que constituem uma grave interferência estrangeira na democracia europeia.



Igualdade de género, LGBTIQ, Inclusão social

### **Direitos das pessoas com deficiência: Parlamento apela a mudança de paradigma**

No relatório [aprovado](#) na terça-feira (526 votos a favor, 10 contra e 83 abstenções), os eurodeputados propõem medidas para reinventar o quadro social, jurídico e político para os direitos das pessoas com deficiência, e ajudar a erradicar os estereótipos, o preconceito e os equívocos.

Pedem um sistema que promova a participação social, que tenha por base comunidades acessíveis que prestem os serviços e cuidados necessários, em conformidade com a [Estratégia sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência](#). Os eurodeputados também querem que os benefícios do próximo [Cartão Europeu de Deficiente](#) sejam alargados e que a sua introdução seja obrigatória nos países da UE, assim como medidas para facilitar um ensino inclusivo e garantir o acesso de pessoas com deficiência a cuidados de saúde de qualidade.

O acesso ao mercado de trabalho é essencial, também dizem os deputados europeus, defendendo que a Comissão deveria desenvolver um quadro jurídico europeu para as empresas inclusivas, e iniciar a revisão da [Diretiva de Igualdade no Emprego](#). Pedem também à Comissão que atualize a proposta da [Diretiva de Igualdade de Tratamento](#), que tem sido bloqueada pelos Estados-Membros desde 2008.

O Parlamento congratula-se com a próxima auditoria do Tribunal de Contas Europeu sobre a forma como os fundos da UE ajudam a garantir a igualdade e insta a Comissão a suspender ou recuperar os pagamentos se os direitos fundamentais forem violados, salientando que nenhuma situação de segregação deve receber fundos da UE.

### **Conselho e Parlamento Europeu chegam a acordo provisório para eliminar a disparidade salarial entre homens e mulheres**

A Presidência checa e o Parlamento Europeu [chegaram](#) a acordo provisório sobre regras em matéria de transparência salarial. A nova legislação da UE dará às mulheres a capacidade de fazerem valer o princípio da igualdade de remuneração por trabalho igual mediante um conjunto de medidas vinculativas em matéria de transparência salarial.

Para evitar a discriminação, os empregadores têm de garantir que os seus trabalhadores têm facilmente acesso aos critérios objetivos e neutros do ponto de vista do género utilizados para definir o salário e eventuais aumentos salariais. Os trabalhadores e os seus representantes terão igualmente o direito de solicitar e receber informações sobre o seu nível de remuneração individual e os níveis médios de remuneração dos trabalhadores que efetuem o mesmo trabalho ou trabalho de igual valor, discriminados por sexo. Os empregadores têm ainda de indicar o nível de remuneração inicial ou o intervalo de remuneração a pagar aos futuros trabalhadores.

Os empregadores que tenham mais de 100 trabalhadores a seu cargo têm de fornecer informações sobre a disparidade salarial entre trabalhadores femininos e masculinos na sua organização. Os empregadores têm de partilhar essas informações com as autoridades nacionais competentes. Têm também de fornecer essas informações aos seus trabalhadores e respetivos representantes. As informações têm de ser prestadas anualmente ou de três em três anos, consoante a dimensão da empresa.



## Inovação, Investigação científica, ciência

### Fundo de Inovação: UE investe 62 milhões de euros em projetos de tecnologia limpa em pequena escala

A UE está a investir mais de 62 milhões de euros em 17 projetos inovadores de tecnologia limpa de pequena escala com uma quarta ronda de prémios ao abrigo do Fundo de Inovação da UE. As subvenções [concedidas](#) ajudam a trazer tecnologias inovadoras para o mercado em indústrias intensivas em energia, energias renováveis, hidrogénio e armazenamento de energia. Isto irá acelerar a transição e descarbonização da energia limpa na Europa, numa grande distribuição geográfica e numa grande variedade de setores industriais. Os projetos selecionados estão localizados em onze Estados-Membros da UE: Bélgica, Finlândia, França, Itália, Países Baixos, Polónia, Espanha e, pela primeira vez, a República Checa, Chipre, Lituânia e Eslovénia. Os setores abrangidos incluem a produção de hidrogénio renovável, energia eólica, e o fabrico de vidro.

Cada um dos 17 projetos receberá subvenções entre 2,5 e 7,5 milhões de euros, financiados pelas receitas do comércio de emissões. Foram avaliados por peritos independentes com base na sua capacidade de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em comparação com as tecnologias baseadas em fósseis e de inovar muito para além do atual *status quo*, sendo ao mesmo tempo suficientemente maduros para serem implantados. Outros critérios de seleção incluíram o potencial de crescimento dos projetos à escala, bem como a sua relação custo-eficácia.

### Os investimentos industriais em investigação e desenvolvimento na UE voltam a aumentar

A edição de 2022 do [Painel Europeu sobre o Investimento na I&D Industrial](#) mostra que a indústria europeia está de novo no bom caminho em termos de investimentos em investigação e desenvolvimento, com um aumento de 8,9 % em 2021, em comparação com a redução de -2,2 % relacionada com a pandemia em 2020.

A UE [continua](#) a ser o líder mundial dos investimentos em I&D por parte do setor automóvel, onde a transição para veículos elétricos e a digitalização estão plenamente em curso, tanto nas empresas estabelecidas como nas empresas mais jovens. O painel de avaliação revela igualmente uma ampla diversificação setorial para a UE, especialmente em comparação com os EUA, onde o investimento em I&D está altamente concentrado nas tecnologias da informação e comunicação (TIC).

A nível mundial, o investimento em I&D do setor privado cresceu fortemente para além dos níveis anteriores à pandemia (14,8 % em 2021 contra 2020). Pela primeira vez desde o painel de avaliação de 2004, o investimento total em I&D por parte das 2 500 maiores empresas do mundo ultrapassou um bilião de euros (1 094 mil milhões de euros). Uma alteração importante é o facto de todas as empresas do painel de avaliação chinesas terem agora, em conjunto, uma percentagem ligeiramente maior do total mundial do que as empresas da UE (17,9 % da China e 17,6 % da UE). As empresas norte-americanas continuam a liderar, tendo aumentado para 40,2 % do total mundial.



## Instituições

### Conclusões do Conselho Europeu de 15 de dezembro de 2022

A 15 de dezembro de 2022, o Conselho Europeu adotou [conclusões](#) sobre a Ucrânia/Rússia, a energia e a economia, a segurança e a defesa, a Vizinhança Meridional, as relações transatlânticas e ainda sobre outras questões.

No contexto do reforço da segurança alimentar mundial, o Conselho Europeu sublinhou a importância dos corredores solidários, utilizando todo o seu potencial, da Iniciativa dos Cereais do Mar Negro da ONU e do programa Grain from Ukraine (Cereais da

Ucrânia), salientando a necessidade de continuar a assegurar a disponibilidade e a acessibilidade económica de produtos agrícolas e de adubos.

O Conselho Europeu apelou também, por exemplo, a uma conclusão célere dos debates sobre a Diretiva Energias Renováveis, a Diretiva Eficiência Energética e a Diretiva Desempenho Energético dos Edifícios.

### **Instituições da UE apresentam prioridades conjuntas para 2023 e 2024**

A presidente do Parlamento Europeu Roberta Metsola, o primeiro-ministro checo Petr Fiala, enquanto presidente do Conselho da União Europeia, e a presidente da Comissão Ursula von der Leyen [assinaram](#) a [Declaração Conjunta](#) sobre as prioridades legislativas da UE para 2023 e 2024, com base nos sólidos progressos alcançados ao longo do último ano.

A Declaração Conjunta [estabelece](#) uma visão europeia comum para uma Europa mais forte e mais resistente face à agressão brutal e não provocada da Rússia contra a Ucrânia e ao seu amplo impacto - tudo isto ao mesmo tempo que enfrenta outros desafios graves, tais como a crise climática, ou os obstáculos económicos. A União Europeia continuará a apoiar a Ucrânia e o seu povo, ao mesmo tempo que acelera as transições ecológica e digital.



## Mar e Pescas

### **Manuel São João congratula-se com manutenção da quota do goraz em 2023**

O secretário regional do Mar e das Pescas do Governo dos Açores, Manuel São João, [congratulou-se](#) com a decisão do Conselho Agricultura e Pescas da União Europeia em manter, para 2023, a quota do goraz para os mares dos Açores, no âmbito da discussão das possibilidades de pesca para o próximo ano. “É uma boa notícia para os Açores e para o setor e resultou do diálogo reivindicativo que mantivemos quer com a Comissão Europeia quer com o Governo da República, através da Secretaria de Estado das Pescas, quer ainda do trabalho desenvolvido pela Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia”, frisou Manuel São João, recordando que em cima da mesa estava uma proposta que implicava uma redução de 22% para aquela espécie, “em termos de totais admissíveis de captura”.

“É preciso reforçar que, no âmbito das negociações levadas a efeito, assumimos o compromisso de remeter à Comissão Europeia, no primeiro semestre de 2023, informação que possa sustentar a nossa pretensão de não perdermos quota em 2024. Já o tínhamos feito, na reunião que mantive em Bruxelas com o Comissário Europeu, e voltamos a insistir nos últimos meses junto do Governo da República e das demais entidades”, frisa o governante. Esta temática esteve no centro das questões levadas por Manuel São João ao Comissário Europeu para o Ambiente, Oceanos e Pescas, numa audiência que teve lugar em outubro último.

Na altura, o secretário regional do Mar e das Pescas alertou para a especificidade dos Açores em matéria de quotas e para o impacto socioeconómico de uma eventual redução dos totais admissíveis de captura. “Junto do comissário europeu manifestámos aquelas que são as nossas preocupações atuais e futuras, sobretudo no que respeita ao regulamento de quotas e obtivemos abertura e apoio para a realização de um trabalho conjunto para que os interesses dos Açores, em particular, sejam salvaguardados”, referiu o secretário regional do Mar e das Pescas em outubro.

Todos os detalhes sobre os [TAC definidos](#) na reunião poderão ser consultados [aqui](#). A fixação dos TAC e quotas é um exercício anual e, no caso das espécies de profundidade, um exercício de gestão bienal realizado pelo Conselho (Agricultura e Pescas) em dezembro. Os ministros fixam limites de captura para as unidades populacionais comerciais para o ano seguinte, juntamente com as quotas nacionais para cada espécie. As unidades populacionais em causa são as que a UE gere autonomamente, em conjunto com países terceiros vizinhos ou através de acordos celebrados no âmbito das organizações regionais de gestão das pescas (ORGP). Desde 2020, após a entrada em vigor do plano plurianual para as espécies demersais no Mediterrâneo Ocidental, as possibilidades de pesca no Mediterrâneo e no mar Negro são igualmente debatidas a nível do Conselho. O acordo político final baseia-se numa proposta inicial da Comissão, que tem em conta os melhores pareceres científicos disponíveis, os principais objetivos do regulamento de base da política comum das pescas (PCP) e os vários planos de gestão plurianuais em vigor.



## Mobilidade e Transportes

### **COVID-19: Conselho atualiza recomendações de viagens para levantar todas as restrições de viagem**

O Conselho [adotou](#) recomendações atualizadas relativas às viagens para a UE e à facilitação da liberdade de circulação na UE durante a pandemia de COVID-19. Nos termos das novas recomendações, os Estados-Membros não devem impor quaisquer restrições de viagem por razões de saúde pública. No entanto, das recomendações continua a constar uma série de salvaguardas em caso de deterioração da situação epidemiológica.

Sempre que necessário, a fim de fazer face a um agravamento significativo da situação epidemiológica, os Estados-Membros devem decidir, de forma coordenada, reintroduzir requisitos adequados para os viajantes antes da partida. Estes requisitos podem incluir a

vacinação, a prova de recuperação ou a realização de testes. Os Estados-Membros podem também aplicar medidas adicionais à chegada, tais como testes adicionais ou a imposição de períodos de quarentena.

Sempre que surja uma variante que suscite preocupação ou interesse num país terceiro, os Estados-Membros podem, a título excecional, estabelecer uma restrição de viagem urgente, comum e temporária ou impor outros requisitos de viagem. A restrição de viagem deverá expirar após 21 dias, a menos que os Estados-Membros decidam encurtá-la ou prorrogá-la por um período adicional.

### **União da Segurança: Comissão propõe novas regras sobre as informações antecipadas sobre os passageiros para facilitar a gestão das fronteiras externas e reforçar a segurança interna**

A Comissão Europeia [avançou](#) com novas regras para reforçar a utilização dos dados das informações antecipadas sobre os passageiros (API). Esta proposta é uma das ações fundamentais identificadas na [Estratégia da UE para a União da Segurança](#). A UE continua a fazer progressos no reforço da sua arquitetura global de segurança, que visa reforçar a proteção dos cidadãos da União, como demonstrado também no [Quinto Relatório Intercalar sobre a União da Segurança](#). O relatório põe em destaque os sólidos progressos alcançados em três anos na aplicação da Estratégia para a União da Segurança. Mostra que foram dados passos significativos no reforço da proteção das infraestruturas críticas contra ataques físicos, ciberataques e ataques híbridos, no combate ao terrorismo e à radicalização, bem como na luta contra a criminalidade organizada.

As informações sobre os viajantes contribuíram para melhorar os controlos nas fronteiras, reduzir a migração irregular e identificar pessoas que representam riscos de segurança. Todos os anos, mais de mil milhões de passageiros entram no território da UE, saem dele ou viajam no seu interior. As novas regras permitirão melhorar a utilização dos dados API para realizar controlos dos passageiros antes da sua chegada às fronteiras externas. Permitirão igualmente reforçar a luta contra a criminalidade grave e o terrorismo na UE. Será assim colmatada uma importante lacuna no quadro jurídico atual, respeitando ao mesmo tempo as normas da UE em matéria de proteção e transmissão de dados.



## Orçamento da União Europeia

### **Verificação do Rendimento Nacional Bruto para financiamento do orçamento da UE**

A verificação dos dados do rendimento nacional bruto (RNB) não é suficientemente orientada, alerta o Tribunal de Contas Europeu (TCE) num novo [relatório](#). Estes dados são uma base importante do cálculo das contribuições dos Estados-Membros para o orçamento da UE. O Eurostat (serviço de estatística da UE) foi eficaz na deteção e resolução de questões de alto risco relacionadas com a compilação de dados do RNB. Contudo, nem sempre deu prioridade à verificação destas questões e dos países de mais alto risco e nem sempre realizou estas verificações com a antecedência suficiente. Por exemplo, não reagiu de imediato à deslocalização das multinacionais por motivos fiscais.

As contribuições baseadas no RNB dos países da UE são a maior fonte de receitas do orçamento da União. Em 2021, totalizaram 116 mil milhões de euros, cerca de dois terços do orçamento. O Eurostat verifica a qualidade dos dados do RNB dos países da UE em ciclos plurianuais e pode solicitar-lhes que ajustem as suas estimativas iniciais (a base para a Comissão calcular as suas contribuições) em alta ou em baixa. O TCE examinou se o Eurostat geriu bem as suas verificações durante o último ciclo (2016-2019).

A previsibilidade das contribuições baseadas no RNB depende da conclusão oportuna do ciclo de verificação (que dura geralmente quatro ou cinco anos) e da rapidez com que o Eurostat informa os países dos seus resultados. Segundo o TCE, o Eurostat concluiu os controlos como planeado e forneceu aos países informações atempadas sobre os ajustamentos. No entanto, muitas questões permaneceram em aberto sob a forma de "reservas" (mais 20% do que no ciclo anterior), pelo que pode ser solicitado aos países em causa que paguem mais no futuro.

### **Orçamento da UE precisa de ser revisto com urgência para enfrentar as crises atuais**

Em votação realizada esta quinta-feira, o Parlamento Europeu [aprovou](#) a resolução sobre a "melhoria do quadro financeiro plurianual 2021-2027: um orçamento da União resiliente e adaptado a novos desafios" com 366 votos a favor, 128 contra e 55 abstenções. Os eurodeputados sublinham que o atual quadro financeiro plurianual (QFP) já foi "esticado para além dos limites" menos de dois anos após a sua adoção, com a situação agravada pela guerra na Ucrânia. Salientam que o orçamento "simplesmente não está equipado, em termos de dimensão, estrutura ou regras, para responder rápida e eficazmente a uma multiplicidade de crises" e afirmam a sua "profunda preocupação pelo facto de o atual QFP não permitir que a União responda a eventuais crises e necessidades futuras e desempenhe o seu papel estratégico" a nível internacional.

Os eurodeputados sustentam que a revisão deve proporcionar novo financiamento para novas prioridades políticas e assegurar um orçamento da UE mais forte e mais ágil que "cumpra os mais altos padrões de transparência e responsabilidade democrática". Também pedem que o QFP seja aumentado, bem como maior flexibilidade orçamental e um "instrumento comum de crise" que "possa ser ativado de forma eficaz e rápida em função das necessidades".

A Comissão Europeia anunciou que irá propor uma "revisão ambiciosa" do QFP no segundo trimestre de 2023. Em maio, avançou que "[as necessidades imprevistas originadas pela guerra na Europa ultrapassam em muito os meios disponíveis no atual quadro financeiro plurianual](#)", pelo que será necessário identificar novas fontes de financiamento".



## Saúde

### EMA: Comissão propõe taxas atualizadas

A Comissão Europeia [propôs](#) a atualização e simplificação da legislação sobre as taxas cobradas pela Agência Europeia de Medicamentos (EMA). O principal objetivo é assegurar que estas taxas reflitam melhor os custos subjacentes ao trabalho realizado e coordenado pela EMA.

Quando as empresas fazem um pedido relacionado com uma autorização de introdução no mercado de um medicamento, têm de pagar uma taxa à EMA pela avaliação da agência. Esta taxa inclui também a remuneração paga pela EMA às autoridades nacionais envolvidas na avaliação. A proposta da Comissão revê toda a estrutura de taxas da EMA para assegurar que as taxas reflitam melhor os custos relevantes. A proposta inclui também um mecanismo de controlo de custos e mais flexibilidade para ajustar as taxas a alterações significativas nos custos. A proposta tem em conta as especificidades do setor farmacêutico veterinário, oferecendo reduções de taxas específicas para apoiar a disponibilidade de medicamentos veterinários.



## Solidariedade Externa da União Europeia e Diplomacia

### Apoio da UE à cooperação transfronteiriça com os países vizinhos

Apesar das falhas, os programas transfronteiriços com países vizinhos financiados pela União Europeia [deram](#) geralmente um apoio necessário e valioso às regiões dos dois lados das fronteiras externas da União. Esta é a conclusão de um relatório publicado a 12 de dezembro pelo Tribunal de Contas Europeu (TCE). O documento alerta, contudo, para o grande impacto que o atual contexto geopolítico de invasão da Ucrânia pela Rússia terá em metade dos programas propostos para os próximos anos. A cooperação transfronteiriça uma peça fundamental da política europeia de vizinhança, que abrange 16 países situados ao longo da fronteira externa da UE. Até há pouco, era também um dos raros domínios de diálogo contínuo com a Rússia.

Para o período entre 2014 e 2020, foram criados 15 programas conjuntos, com uma contribuição total da UE de quase mil milhões de euros e o objetivo de beneficiar tanto os Estados-Membros, como os países com os quais estes partilham diretamente uma fronteira terrestre ou marítima. Segundo o TCE, os programas identificaram prioridades e selecionaram objetivos – num leque que ia desde o património cultural à luta contra o crime organizado – em linha com as necessidades e os desafios das regiões fronteiriças. Em geral, o processo de seleção foi transparente e concebido para escolher os projetos mais adequados. Além disso, o TCE elogia o facto de os programas terem sido desenvolvidos de forma globalmente participativa, o que ajudou a promover o sentido de propriedade em relação a eles a nível local. Porém, a complementaridade com outros programas financiados pela UE é insuficiente, o que pode resultar na perda de oportunidades de cooperação.

### Iémen: Conselho aprova conclusões

O Conselho [aprovou](#) as seguintes conclusões sobre o Iémen, na qual reitera a extrema preocupação da UE com a situação humanitária catastrófica no país, onde mais de 70 % da população necessita de assistência humanitária e mais de metade da população enfrenta uma grave insegurança alimentar.

Nas conclusões a UE reafirma o seu empenhamento de princípio na unidade, soberania, independência e integridade territorial do Iémen, bem como o seu pleno apoio aos esforços de paz da ONU e aos esforços de mediação do enviado especial das Nações Unidas, Hans Grundberg. A UE insta os hutis a abandonarem as posições maximalistas e a colaborarem construtivamente com o enviado especial das Nações Unidas. O Conselho salienta igualmente a importância de restabelecer e prorrogar novamente a trégua.

### Conselho adota assistência financeira no valor de 18 mil milhões de euros a favor da Ucrânia

O Conselho [chegou](#) a acordo sobre um pacote legislativo que permitirá à UE ajudar financeiramente a Ucrânia ao longo de 2023 com 18 mil milhões de euros. A proposta foi hoje adotada pelo Conselho por procedimento escrito e será apresentada ao Parlamento Europeu para eventual adoção na próxima semana.

O pacote prevê uma solução estrutural para apoiar financeiramente a Ucrânia em 2023. O montante a emprestar à Ucrânia em 2023 será de 18 mil milhões de euros e os empréstimos terão um período de carência de 10 anos. Os Estados-Membros cobrirão a maior parte dos custos dos juros com receitas afetadas externas. As garantias para esse empréstimo serão fornecidas ou pelo orçamento da UE, ou pelos Estados-Membros. O objetivo é prestar ajuda financeira a curto prazo, financiar as necessidades imediatas da Ucrânia, reabilitar as infraestruturas críticas e prestar apoio inicial à reconstrução sustentável do pós-guerra, com vista a apoiar a Ucrânia na via da integração europeia. Uma parte do pacote legislativo – uma alteração ao Regulamento Financeiro – já tinha sido adotada pelo Conselho, na formação ECOFIN, em 6 de dezembro.

## UE adota novos programas de apoio aos refugiados e à gestão das fronteiras na Turquia no valor de mais de 1,2 mil milhões de euros

A Comissão Europeia [adotou](#) um pacote de 220 milhões de euros para melhorar o controlo fronteiriço na fronteira oriental da Turquia, elevando para 1,235 mil milhões de euros a assistência total da UE adotada em 2022 para continuar a apoiar os refugiados - necessidades básicas, assistência aos mais vulneráveis e apoio socioeconómico - e para a gestão das fronteiras. Estes fundos fazem parte dos 3 mil milhões de euros adicionais, anunciados em junho de 2021, na sequência do Conselho Europeu, para continuar a assistência da UE aos refugiados na Turquia entre 2021 e 2023. O pacote de assistência de mais de 1,2 mil milhões de euros adotado este ano é composto por quatro programas.

## Cooperação entre a UE e seus parceiros africanos em matéria de migração: Lançamento de iniciativas Equipa Europa

A UE e os parceiros africanos [lançaram](#) duas iniciativas da Equipa Europa centradas nas rotas migratórias do Atlântico/Mediterrâneo Ocidental e do Mediterrâneo Central, a fim de assegurar esforços conjuntos dos Estados-Membros e da UE para dar resposta aos desafios em matéria de migração com que a UE e os seus parceiros do Norte de África se deparam devido ao aumento dos fluxos irregulares e aos abusos cometidos pelas redes de introdução clandestina de migrantes. Estas iniciativas contribuirão para implementar a dimensão externa do Novo Pacto em matéria de Migração e Asilo, bem como para conjugar as atividades dos Estados-Membros e as ações de cooperação e de coordenação levadas a cabo a nível da UE, através de uma «abordagem que abrange as rotas no seu conjunto».

## Inquérito Eurobarómetro revela apoio sólido dos cidadãos da UE à Ucrânia

Segundo os resultados do inquérito realizado entre 12 de outubro e 7 de novembro de 2022, 74 % dos cidadãos da UE [aprovam](#) o apoio da União Europeia à Ucrânia na sequência da invasão da Rússia. Em todos os Estados-Membros, a maioria dos cidadãos aprova o apoio da UE, com os níveis de apoio mais elevados na Suécia (97 %), na Finlândia (95 %), nos Países Baixos (93 %), em Portugal (92 %) e na Dinamarca (92 %).

Dez meses após o início da guerra na Ucrânia, o apoio às medidas concretas da UE – como as sanções contra o Governo russo ou o apoio financeiro, militar ou humanitário à Ucrânia –, mantém-se elevado (73 %), com Portugal entre os seis países com mais elevada aprovação (90 %). Os participantes portugueses no inquérito também estão entre os mais satisfeitos (83 %) com a cooperação entre os Estados-Membros para enfrentar as consequências da guerra na Ucrânia, em comparação com a média europeia (58 %).

Os cidadãos da UE continuam a considerar a democracia como o valor mais importante que o Parlamento Europeu deve defender. Para 72% dos inquiridos, o seu país beneficiou de ser membro da UE. A democracia, os direitos humanos e a liberdade de expressão são fundamentais para os cidadãos da UE, que apelam ao Parlamento Europeu para que defenda estes valores em que assenta a nossa União. São algumas das principais conclusões do inquérito Eurobarómetro do outono de 2022 do Parlamento Europeu.

O último inquérito Eurobarómetro do Parlamento confirma o empenho inabalável dos cidadãos europeus não só no apoio à Ucrânia, mas também nos valores em que assenta a União Europeia. Questionados sobre os valores que o Parlamento Europeu deve defender prioritariamente, a democracia é o mais referido (36 %), seguido da proteção dos direitos humanos na UE e no resto do mundo (29 %) e da liberdade de expressão e de pensamento (28 %).



## Tecnologia, informática e comunicações

## Auxílios estatais: Comissão adota regras revistas em matéria de auxílios estatais às redes de banda larga

A Comissão Europeia [adotou](#) uma [Comunicação revista relativa aos auxílios estatais a favor das redes de banda larga](#) («Orientações relativas à banda larga»). As orientações revistas relativas à banda larga estabelecem as regras ao abrigo das quais a Comissão avaliará as medidas de auxílios estatais notificadas pelos Estados-Membros para apoiar a instalação e a adoção de redes de banda larga na UE. As novas regras contribuem para os objetivos estratégicos assumidos pela UE de assegurar a conectividade a gigabits para todos e a cobertura 5G em toda a parte até ao final da década, o que é essencial para alcançar a [transição digital](#) da União. As novas orientações entrarão em vigor no dia seguinte à data da sua publicação no Jornal Oficial da UE, prevista para janeiro de 2023.

As Orientações para a Banda Larga revistas proporcionarão um quadro atualizado para apoiar a transição digital e refletir a evolução tecnológica, regulamentar e do mercado. Além disso, as novas regras refletem as atuais prioridades políticas da UE estabelecidas na [Comunicação sobre a Sociedade a Gigabits](#), na [Comunicação intitulada Construir o futuro digital da Europa](#), na [Comunicação em matéria de Orientações para a Digitalização](#) e na [proposta de Programa Político para a Década Digital](#) recentemente [adotadas](#) pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho.

Mais no Parlamento Europeu...

Calendário para **2022** e **2023**.



Em aberto



### Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



### Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os [seis passos](#) para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



### Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



### Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



### Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



### Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas até ao próximo dia 12 de abril. Informações em detalhe [aqui](#).



### Banco Europeu de Investimento tem diversas vagas para Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



### Operação naval europeia IRINI abre estágios para os interessados em Política de Defesa

Estão abertas candidaturas para estagiar na operação naval europeia IRINI, destinada a controlar o embargo de armas em direção à Líbia. Os estágios têm a duração de quatro meses, renováveis por igual período. Mais informações e candidaturas [aqui](#).



### Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors



Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



### Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Até 10 de dezembro, a Agência Espacial Europeia tem abertas candidaturas para o seu programa de estágios 2021, direcionado a estudantes com a duração de 6 meses, em regime de teletrabalho, devido à pandemia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



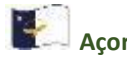
### IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



### Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é a nova iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



### Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



### Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#) e [Mercado Português](#).



### Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement](#), [Colocation](#), [Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#) tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



### O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o

francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao [SIARAM](#) ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras.  
**Legenda:** **Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

### Legenda:



### Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE |

S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#)  
| TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

**Autoria:**

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa **Política de Privacidade** – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

[gabinetebruxelas@azores.gov.pt](mailto:gabinetebruxelas@azores.gov.pt) | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

**Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!**